

PLANO ESTRATÉGICO DA PAC 2023-2027

OBJETIVO ESPECÍFICO 1

APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES
AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A
REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR



JULHO DE 2021

Disclaimer

O presente documento de trabalho em desenvolvimento tem como objetivo facilitar a elaboração do Plano Estratégico do PAC pós-2020. As fontes de informação utilizadas estão devidamente identificadas.

ÍNDICE

ÍNDICE	2
ÍNDICE DE QUADROS	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE FIGURAS.....	4
I. INTRODUÇÃO	6
II. FORMAÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA	7
III. DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS E O EFEITO DOS SUBSÍDIOS NO RENDIMENTO	20
IV. RESILIÊNCIA E GRAU DE APROVISIONAMENTO	27
V. A GESTÃO DOS RISCOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA	31
VI. ESPECIFICIDADES NO ÂMBITO DA INOVAÇÃO.....	49
VII. LIÇÕES APRENDIDAS	49
VIII. ANEXO – REGIMES DE APOIO NO ÂMBITO DOS PAGAMENTOS DIRETOS, POR REGIÃO E TOTAL, NOS ANOS 2015 A 2019	67

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA E RESPECTIVAS COMPONENTES.....	8
QUADRO 2: TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA E PIB (%)	14
QUADRO 3: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES – 2000, 2009, 2012, 2015 E 2018 (%)	30
QUADRO 4: TIPOS DE RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	31
QUADRO 5: PADRÃO ÓPTIMO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCO	32
QUADRO 6: PRINCIPAIS MEDIDAS DE GESTÃO DE RISCO – MONTANTE PAGOS ENTRE 2014 E 2018	38
QUADRO 7: Nº DE HECTARES PAGOS / Nº DE BENEFICIÁRIOS PAGOS – PAGAMENTO ARROZ	59
QUADRO 8: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, ÁREAS E MONTANTES PAGOS, POR REGIÃO E POR REGIME DE APOIO DIRETO	67
QUADRO 9: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, ÁREAS, ANIMAIS E MONTANTES PAGOS, POR REGIÃO E POR TIPO DE APOIO LIGADO	68
QUADRO 10: NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, ÁREAS E MONTANTES PAGOS, POR REGIME DE APOIO DIRETO	69
QUADRO 11: NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, ÁREAS, ANIMAIS E MONTANTES PAGOS, POR TIPO DE APOIO LIGADO	70

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A PREÇOS DE MERCADO, A PREÇOS CORRENTES E PREÇOS CONSTANTES (2000=100).....	10
GRÁFICO 2: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, MÉDIA 2017/18/19 (%)	10
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MUNDIAIS DOS CEREAIS E DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NAS IMPORTAÇÕES NACIONAIS DE CEREAIS, MILHO E SOJA, (01/2000=100)	11
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS, EM VOLUME (2000=100)	11
GRÁFICO 5: ESTRUTURA CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS, MÉDIA 2017/18/19 (%)	12
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPM EM VOLUME (2000=100)	12
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NA PRODUÇÃO, NOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E NO VABPM (2000=100)	13
GRÁFICO 8: RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA- VABCF.....	14
GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NO VABPM, VABCF E PIBPM (2000=100)	15
GRÁFICO 10: INDICADOR A - RENDIMENTO AGRÍCOLA (2000=100) - INDICADORES DE CONTEXTO C24	15
GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA E NÃO ASSALARIADA (MIL UTA)	16
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DO PESO DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA NO TOTAL DA MÃO-DE-OBRA POR NUTII	16
GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO POR ASSALARIADO (2000=100).....	17
GRÁFICO 14: RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO AGRÍCOLA ASSALARIADO E O SÁLARIO MÉDIO DA ECONOMIA (%)	17
GRÁFICO 15: INDICADOR B - RENDIMENTO EMPRESARIAL AGRÍCOLA (2000=100) - INDICADOR DE CONTEXTO C25	18
GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO AGRÍCOLA 2000-2019 (MILHÕES DE EUROS).....	18
GRÁFICO 17: RELAÇÃO ENTRE O RENDIMENTO EMPRESARIAL AGRÍCOLA E OS SÁLARIOS MÉDIOS DA ECONOMIA (%) - INDICADORES DE CONTEXTO C25.....	19
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS AOS PRODUTOS E SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO (MILHÕES DE EUROS).....	20
GRÁFICO 19: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS CORRENTES EM PT - 2017 (%)	21
GRÁFICO 20: RENDIMENTO AGRÍCOLA UE28 - 2018	21
GRÁFICO 21: RENDIMENTO AGRÍCOLA (VABCF/UTA) FACE À MÉDIA PT POR NUTII (PT=100).....	22
GRÁFICO 22: RENDIMENTO AGRÍCOLA (REL A PREÇOS CORRENTES/UTA NÃO ASSALARIADA) POR NUTII FACE À MÉDIA ECONOMIA (ORDENADOS E SÁLARIOS A PREÇOS CORRENTES/ETC) - (SÁLARIO MÉDIO ECONOMIA =100).....	22

GRÁFICO 23: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR REGIÃO – MÉDIA 2015/16/17 (EUROS/UTA).....	23
GRÁFICO 24: RENDIMENTO NAS CLASSES DE DE FACE À MÉDIA (PT=100) - INDICADORES DE CONTEXTO C26.....	23
GRÁFICO 25: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR DIMENSÃO FÍSICA –	24
GRÁFICO 26: RENDIMENTO NAS OTE FACE À MÉDIA (PT=100)- INDICADORES DE CONTEXTO C26.....	24
GRÁFICO 27: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR OTE – MÉDIA 2015/16/17 (EUROS/UTA).....	25
GRÁFICO 28: RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS COM CONDICIONANTES NATURAIS - INDICADORES DE CONTEXTO C26	25
GRÁFICO 29: IMPORTÂNCIA DAS AZD POR CLASSE DE DIMENSÃO FÍSICA	26
GRÁFICO 30: EVOLUÇÃO DO VABPM AGRÍCOLA E PIBPM, EM VOLUME (2000=100).....	27
GRÁFICO 31: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30%.....	27
GRÁFICO 32: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR REGIÃO – Nº DE EXPLORAÇÕES.....	28
GRÁFICO 33: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30% POR CLASSE DE SAU (2010-2017)	28
GRÁFICO 34: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR CLASSE DE SAU – Nº DE EXPLORAÇÕES.....	28
GRÁFICO 35: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30% POR OTE (2010-2017).....	29
GRÁFICO 36: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR OTE – Nº DE EXPLORAÇÕES.....	29
GRÁFICO 37: PRINCIPAIS MEDIDAS DE GESTÃO DE RISCO – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES PAGOS ENTRE 2014 E 2018 POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	39
GRÁFICO 38: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGRICULTORES ADERENTES.....	40
GRÁFICO 39: EVOLUÇÃO DO CAPITAL SEGURO	41
GRÁFICO 40: EVOLUÇÃO DO CAPITAL SEGURO MÉDIO POR ADERENTE.....	42
GRÁFICO 41: EVOLUÇÃO DO CAPITAL SEGURO POR CULTURA	42
GRÁFICO 42: EVOLUÇÃO DO VALOR DO PRÉMIO E DAS BONIFICAÇÕES (PREÇOS CONTANTES DE 2000).....	43
GRÁFICO 43: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRÉMIO E DA TAXA DE PRÉMIO LÍQUIDA DE BONIFICAÇÕES.....	44
GRÁFICO 44: ÁREA SEGURA/ÁREA CULTIVADA	45
GRÁFICO 45: PRODUÇÃO SEGURA/PRODUÇÃO AGRÍCOLA (TONELADAS)	45
GRÁFICO 46: EVOLUÇÃO DO RÁCIO INDEMNIZAÇÕES/CAPITAL.....	46
GRÁFICO 47: DISTRIBUIÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES ACUMULADAS POR CAUSA DE SINISTRO	46
GRÁFICO 48: DISTRIBUIÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES ACUMULADAS POR CULTURA	47
GRÁFICO 49: PAGAMENTOS DIRETOS - BENEFICIÁRIOS, ÁREA E MONTANTE PAGO POR NUTS II	51
GRÁFICO 50: RPB – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II	51
GRÁFICO 51: RPA – BENEFICIÁRIOS E MONTANTES PAGOS POR NUTS II	53
GRÁFICO 52: PJA – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II	55
GRÁFICO 53: PR – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II	56
GRÁFICO 54: GREENING – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II	57
GRÁFICO 55: PAGAMENTO ARROZ – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II.....	59
GRÁFICO 56: PAGAMENTO TOMATE TRANSFORMAÇÃO – BENEFICIÁRIOS E ÁREA PAGA POR NUTS II.....	61
GRÁFICO 57: PRÉMIO POR VACA LEITEIRA – BENEFICIÁRIOS E Nº DE ANIMAIS PAGOS POR NUTS II.....	63
GRÁFICO 58: PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO – BENEFICIÁRIOS E Nº DE ANIMAIS PAGOS POR NUTS II.....	64
GRÁFICO 59: PRÉMIO POR OVELHA E CABRA – BENEFICIÁRIOS E Nº DE ANIMAIS PAGOS POR NUTS II	65

ÍNDICE DE FIGURAS

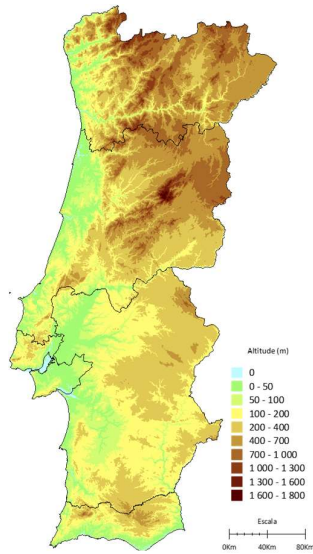
FIGURA 1: HIPSOMETRIA.....	6
FIGURA 2: PRECIPITAÇÃO, TEMPERATURA E INSOLAÇÃO.....	6
FIGURA 3: TEOR DE MATÉRIA ORGÂNICA NOS SOLOS AGRÍCOLAS – UE28.....	6
FIGURA 4: RENDIMENTO AGRÍCOLA NA UE POR REGIÕES RICA	22

FIGURA 5. ZONAS COM CONDICIONANTES NATURAIS.....	25
FIGURA 6: MONTANTES PAGOS DO RPB.....	52
FIGURA 7: MONTANTES PAGOS DO RPA.....	54
FIGURA 8: MONTANTES PAGOS DOS PAGAMENTOS PARA OS JOVENS AGRICULTORES - PU DE 2018.....	55
FIGURA 9: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO REDISTRIBUTIVO - PU DE 2018.....	56
FIGURA 10: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO GREENING - PU DE 2018.....	58
FIGURA 11: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO LIGADO PARA O ARROZ - PU DE 2018.....	60
FIGURA 12: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO ESPECÍFICO POR SUPERFÍCIE AO TOMATE PARA TRANSFORMAÇÃO - PU DE 2018.....	62
FIGURA 13: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR VACA LEITEIRA - PU DE 2018.....	63
FIGURA 14: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO - PU DE 2018.....	64
FIGURA 15: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR OVELHA E CABRA - PU DE 2018.....	66

I. INTRODUÇÃO

POTENCIAL PRODUTIVO AGRÍCOLA NACIONAL LIMITADO PELAS CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS DOMINANTES NA MAIOR PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL

FIGURA 1: HIPSOMETRIA



FONTE: APA

FIGURA 2: PRECIPITAÇÃO, TEMPERATURA E INSOLAÇÃO

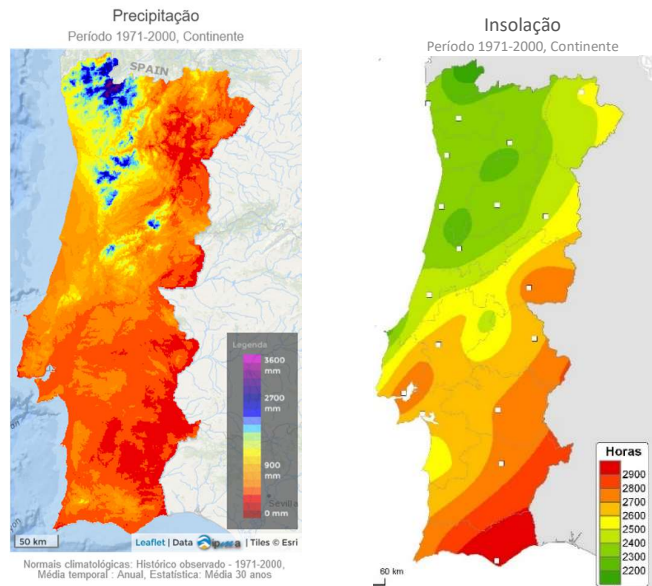
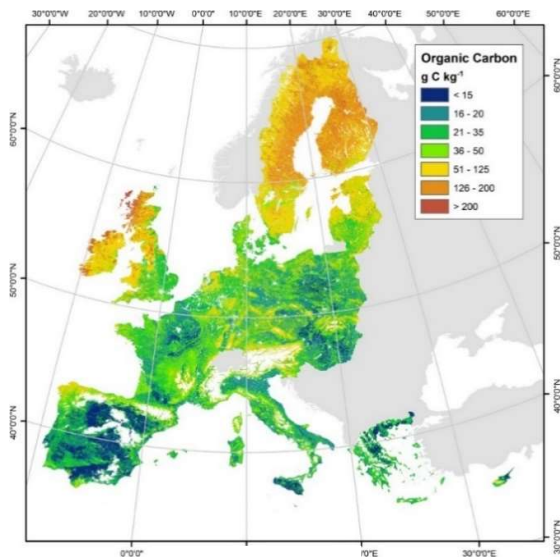
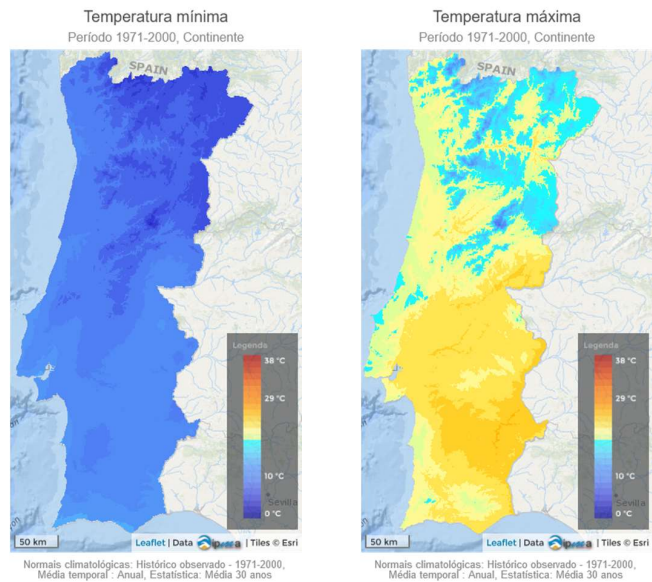


FIGURA 3: TEOR DE MATÉRIA ORGÂNICA NOS SOLOS AGRÍCOLAS – UE28



FONTE: JRC



FONTE: IPMA

EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS EDAFOCLIMÁTICOS E DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS, PORTUGAL ENCONTRA-SE NUMA SITUAÇÃO MUITO ESPECÍFICA COM UMA IRREGULARIDADE GEOGRÁFICA E A VARIAÇÃO INTRA E INTERANUAL DA DISTRIBUIÇÃO DA PRECIPITAÇÃO, E COM GRANDES ASSIMETRIAS AO LONGO DO TERRITÓRIO.

O POTENCIAL PRODUTIVO AGRÍCOLA NACIONAL ENCONTRA-SE LIMITADO PELAS CONDIÇÕES EDAFO-CLIMÁTICAS DA REGIÃO MEDITERRÂNICA, PREDOMINANDO OS SOLOS POUCO FUNDOS E DE BAIXA FERTILIDADE. NESTAS CONDIÇÕES, A EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO CONSTITUI O PRINCIPAL PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO SOLO, NÃO SE DESPREZANDO O SEU EFEITO NA DIMINUIÇÃO DA MATÉRIA ORGÂNICA E NO AUMENTO DA ACIDEZ DO SOLO.

II. FORMAÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA¹

A formação do rendimento agrícola resulta de um conjunto de fatores, da **capacidade produtiva**, que decorre diretamente da atividade agrícola, e da forma de incorporação dos **consumos intermédios**, a **preços de mercado**, cuja formação está diretamente influenciada pelos preços da produção e dos consumos intermédios, e pelos **subsídios líquidos de impostos**, excluindo as **amortizações** (rendimento fatores ou rendimento da atividade agrícola).

Depois de **remunerados os assalariados**, pagas as **rendas e pagos os juros**, o rendimento excedente destina-se ao produtor agrícola e respetivo agregado doméstico, em geral, mão-de-obra agrícola familiar (rendimento empresarial líquido).

¹ Note-se que existem bases de dados/ferramentas de análise detalhadas (e.g. que integram várias variáveis) e estruturadas, desenvolvidas pelo GPP, para efeitos de análise de contexto económico-social da agricultura PT, nomeadamente dados estruturais das explorações agrícolas desde 1989 (a partir dos recenseamentos agrícolas e inquéritos às estruturas das explorações agrícolas); ponto de situação dos apoios e dos agricultores no âmbito do PU 2019 da PAC; simuladores de apoios setoriais (a partir de informação IFAP); cenários e respetivos impactos por OTE, por região e por classe de dimensão física (a partir de informação IFAP). Acresce a lista dos indicadores comuns de contexto (económicos, setoriais e ambientais) e respetivos valores desde 2000 (com base nas fichas de indicadores disponibilizadas pela COM).

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA E RESPECTIVAS COMPONENTES

	Unidade	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de crescimento médio anual (%)	
										2000/2019P	2010/2019P
Produção_{pm}											
Preços correntes	milhões de euros	5 812	5 785	6 332	7 098	6 918	7 478	7 523	7 786	1,6	2,3
Preços constantes 2016	milhões de euros	6 495	6 440	6 520	7 142	6 918	7 372	7 187	7 389	0,7	1,4
IPI	índice	89	90	97	99	100	101	105	105	0,9	0,9
Consumos intermédios											
Preços correntes	milhões de euros	3 089	3 274	3 826	4 402	4 423	4 655	4 691	4 800	2,3	2,6
Preços constantes 2016	milhões de euros	3 664	3 796	3 891	4 351	4 423	4 568	4 499	4 560	1,2	1,8
IPI	índice	84	86	98	101	100	102	104	105	1,2	0,8
VAB_{pm}											
Preços correntes	milhões de euros	2 723	2 512	2 506	2 696	2 495	2 823	2 833	2 962	0,4	1,9
Preços constantes 2016	milhões de euros	2 847	2 666	2 641	2 801	2 495	2 804	2 687	2 799	-0,1	0,6
IPI	índice	96	94	95	96	100	101	105	106	0,5	1,2
Subsídios líquidos de impostos aos produtos	milhões de euros	349	460	231	183	177	161	169	172	-3,7	-3,2
VAB_{pb}, a preços correntes	milhões de euros	3 073	2 972	2 736	2 879	2 672	2 984	3 002	3 159	0,1	1,6
Subsídios líquidos de impostos à produção	milhões de euros	279	532	708	580	993	744	778	797	5,7	1,3
VAB_{cf}, a preços correntes	milhões de euros	3 352	3 504	3 444	3 458	3 665	3 728	3 780	3 957	0,9	1,6
Consumo de capital fixo	milhões de euros	614	719	761	739	761	791	815	836	1,6	1,1
Rendimento da actividade agrícola											
VAL _{cf} , a preços correntes	milhões de euros	2 737,3	2 785,2	2 683,3	2 719,1	2 903,8	2 936,9	2 964,6	3 120,7	0,7	1,7
VAL _{cf} real ¹	milhões de euros	3 779,4	3 251,8	2 848,5	2 765,8	2 903,8	2 893,2	2 874,9	2 976,0	-1,2	0,5
VAL _{cf} real/UTA - C24 (1º subindicador)	euros/UTA	8 877,0	8 770,7	9 203,3	10 708,6	11 567,9	12 055,8	12 065,2	12 721,4	1,9	3,7
Indicador A - C24 (2º subindicador)	(2010=100)	96,5	95,3	100,0	116,4	125,7	131,0	131,1	138,2	1,9	3,7
% de variação do índice comparado com a média dos últimos 3 anos - C24/I3 (3º subindicador)	%		-1,7	8,6	14,2	14,5	12,5	5,4	6,9		
Remuneração dos assalariados	milhões de euros	648,6	722,1	761,6	828,9	904,4	986,5	1 058,2	1 108,9	2,9	4,3
Rendas pagas	milhões de euros	46,4	50,2	44,2	47,2	46,9	47,3	47,0	46,7	0,0	0,6
Juros pagos	milhões de euros	150,1	223,7	197,8	117,4	126,5	137,7	149,4	151,0	0,0	-3,0
Rendimento empresarial líquido (REL)											
REL, a preços correntes	milhões de euros	1 892	1 789	1 680	1 726	1 826	1 765	1 710	1 814	-0,2	0,9
(REL, a preços correntes + Remuneração dos assalariados)/UTA - C25 (1º subindicador)	euros/UTA	5 968	6 773	7 888	9 891	10 877	11 467	11 617	12 495	4,0	5,2
Comparação com os custos de trabalho não agrícolas	%					41,7	42,7	42,6	45,2		
(Rendimento liq. Da exploração + salários + custos sociais)/UTA - C25 (2º subindicador) - RICA	euros/UTA		6 257	9 512	12 204	11 959	13 014	14 423	14 038		
Comparação com os custos de trabalho não agrícolas	%					45,8	48,4	52,9	50,8		
(Rendimento liq. Da exploração - custos de oportunidades dos fatores próprios de produção (terra e capital))/UTA não assalariada - C25 (3º subindicador) - RICA	euros/UTA		4 373	7 242	11 303	10 146	11 631	13 435	12 186		
Comparação com os custos de trabalho não agrícolas	%					38,9	43,3	49,3	44,1		
REL real ¹	milhões de euros	2 613	2 089	1 783	1 755	1 826	1 739	1 658	1 730	-2,1	-0,3
REL real/ UTA não assalariada (indicador B)	mil euros/UTA	7,6	7,2	7,5	9,6	10,6	11,0	10,6	11,5	2,2	4,8
Volume de trabalho agrícola											
UTA total	mil UTA	426	371	310	258	251	240	238	234	-3,1	-3,1
UTA assalariada	mil UTA	83	80	72	75	78	82	82	83	0,0	1,6
UTA não-assalariada	mil UTA	343	291	237	184	173	158	156	151	-4,2	-4,9
Remuneração dos assalariados/UTA assalariada, a preços correntes	mil euros/UTA	7,8	9,1	10,5	11,1	11,5	12,1	12,9	13,3	2,8	2,6
Remuneração dos assalariados/UTA assalariada, real	mil euros/UTA	10,8	10,6	11,2	11,3	11,5	11,9	12,5	12,7	0,8	1,4

1 – Deflacionado pelo IPI PIB_{pm};

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, CN, INE E RICA.
 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

Note-se que o indicador de rendimento é **deflacionado pelo IPI PIBpm**, que mede a evolução dos preços implícitos na economia (deflator do PIB), por forma a compreender a capacidade do produtor agrícola para a aquisição de bens e serviços a partir do rendimento gerado pela atividade agrícola. O quadro 1 apresenta a respetiva evolução no período 2000-2019.

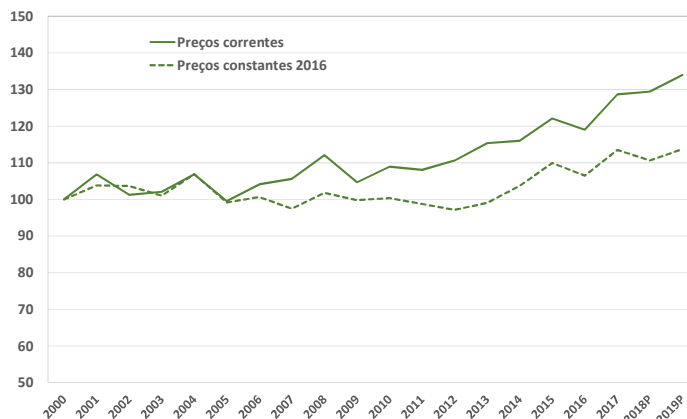
Rendimento Agrícola			
Segundo as Contas Económicas da Agricultura (INE/Eurostat), podem ser consideradas três definições de rendimento: o rendimento da atividade agrícola ou indicador A, que resulta do rácio entre o rendimento real dos fatores (VALcf real) e o volume de trabalho agrícola (UTA); o rendimento empresarial líquido real (REL real) por volume de trabalho não assalariado ou familiar ou indicador B; o rendimento empresarial líquido ou indicador C. Cada um dos indicadores é calculado em termos absolutos e em índice.			
Receitas	Despesas	Resultado	Indicador de rendimento
+ Produção pm	- Consumos intermédios	= VABpm	
+ Subsídios aos produtos	- Impostos aos produtos	= VABpb	
+ Subsídios à produção	- Impostos à produção	= VABcf	
	- Consumo de capital fixo	= VALcf	Rendimento da atividade agrícola (por UTA) - indicador A
	- Remuneração dos assalariados	= Excedente líquido de exploração	
	- Rendas pagas		
	- Juros pagos	= Rendimento empresarial líquido (REL) - indicador C	Rendimento empresarial agrícola (por UTA não assalariada) - indicador B

BAIXO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM VOLUME E EM VALOR E PREVALÊNCIA DA PRODUÇÃO VEGETAL

A produção agrícola tem vindo a apresentar taxas de crescimento relativamente baixas, entre 2000 e 2019, a 1,6% ao ano em valor e 0,7% em volume. Tendo evidenciado uma dinâmica positiva após 2010, onde apresentou uma taxa de crescimento anual de 2,3% e 1,4% ano, em valor e em volume respetivamente. Este crescimento deveu-se essencialmente ao aumento do volume de produção.

No entanto, é de salientar que a produção agrícola portuguesa compete com outros setores económicos, por fatores de produção (mão-de-obra, terra e capital).

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A PREÇOS DE MERCADO, A PREÇOS CORRENTES E PREÇOS CONSTANTES (2000=100)

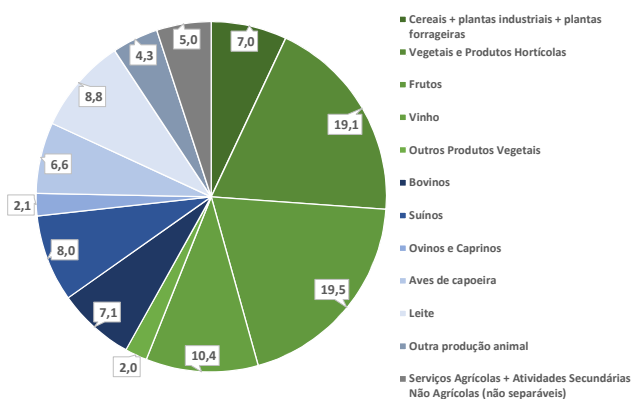


^p – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 2: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, MÉDIA 2017/18/19 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.

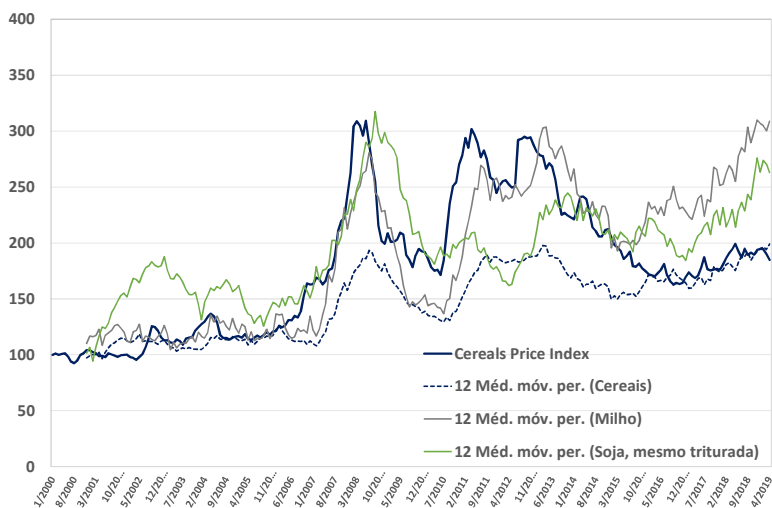
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

A análise da estrutura da produção agrícola portuguesa revela a **prevalência da produção vegetal (58,1%) sobre a produção animal (36,9%)**, nomeadamente a concentração, no lado da produção vegetal, da produção de hortícolas, frutos, vinho e, no lado da produção animal, da produção bovina, suína, aves de capoeira e leite. Destaque-se a notoriedade dos produtos nacionais pela qualidade e valor diferenciado, nomeadamente os produtos mediterrânicos e biológicos, que poderão contribuir para o crescimento futuro do VAB agrícola.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEM DEPENDIDO PARCIALMENTE DE SETORES FORTEMENTE CONSUMIDORES DE CONSUMOS INTERMÉDIOS IMPORTADOS COM GRANDE VOLATILIDADE DE PREÇOS

Considerada de modo agregado, a produção animal apresenta uma dinâmica positiva de crescimento no período em análise, contudo duas das componentes mais dinâmicas, suínos e aves de capoeira, são fortemente subsidiárias de consumos intermédios de bens (e.g. cereais, soja) maioritariamente importados², cujos preços continuam a ter um comportamento muito volátil e tendencialmente crescente.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MUNDIAIS DOS CEREAIS E DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NAS IMPORTAÇÕES NACIONAIS DE CEREAIS, MILHO E SOJA, (01/2000=100)

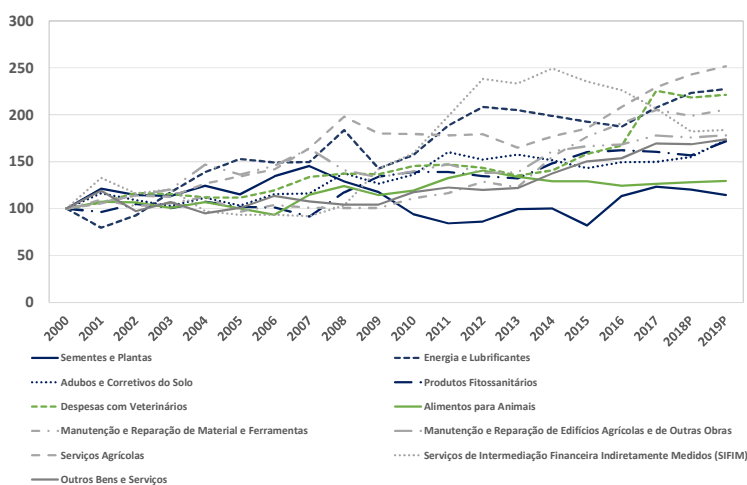


FONTE: GPP, A PARTIR DE ÍNDICE DE PREÇOS DOS CEREAIS (FAO) E ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (INE).

AUMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS EM PARTICULAR DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Entre 2000 e 2019, verificou-se um crescimento do volume de bens intermédios utilizados pela atividade agrícola (1,2% ao ano), com maior incremento após 2010 (1,8% ao ano).

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS, EM VOLUME (2000=100)



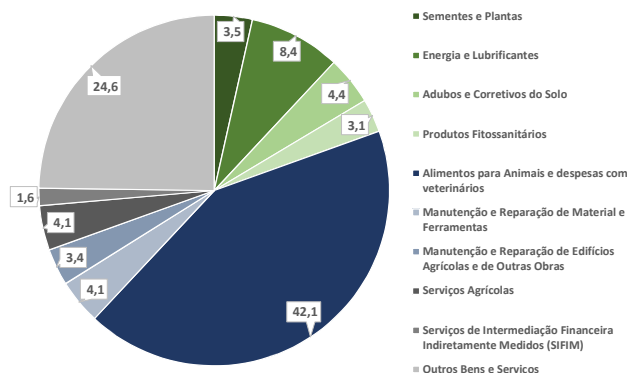
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: MARÇO DE 2019

² Na suinicultura e na avicultura o custo com alimentação animal, que depende direta ou indiretamente de importações, ultrapassa 80% dos custos totais (fonte: RICA).

Esta evolução (2010-2019) foi determinada, em maior grau, pelo aumento do consumo de outros bens e serviços (3,9% ao ano)³, a segunda componente com maior peso na estrutura de consumos intermédios (24,6%), da manutenção e reparação de materiais e ferramentas (7,9% ao ano) e de edifícios agrícolas e de outras obras (4,4% ao ano), componentes ligadas à aquisição de serviços pelo setor. A alimentação animal, que representa atualmente 42,1% manteve-se relativamente estável no período perdendo peso (-6,8p.p.) para as componentes ligadas à aquisição de serviços.

GRÁFICO 5: ESTRUTURA CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS, MÉDIA 2017/18/19 (%)



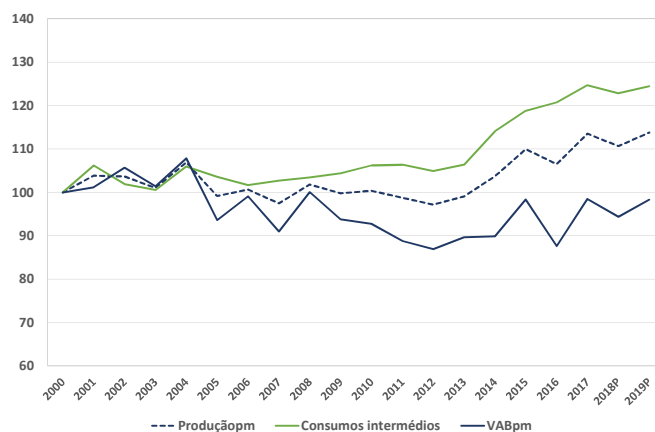
FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

CRESCIMENTO ACENTUADO DA UTILIZAÇÃO DE BENS INTERMÉDIOS TEM IMPACTOS NEGATIVOS NO VAB AGRÍCOLA EM VOLUME

Entre 2000 e 2019, a produção agrícola cresceu, em média, 0,7% ao ano, mas o VAB decresceu (-0,1% ano). Tal deve-se ao crescimento dos consumos intermédios (1,2% ao ano), em particular do aumento de “Outros Bens e Serviços” (3,4% ao ano), já que os consumos intermédios tradicionais apenas cresceram 0,4% ao ano.

No período mais recente a divergência tem-se acentuado. Entre 2010 e 2019, a produção agrícola cresceu, em média, 1,4% ao ano, e o VAB cresceu 0,6% ao ano. O crescimento dos consumos intermédios foi de 1,8% ao

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPM EM VOLUME (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

³ Note-se que “as dificuldades de separação agricultura/serviços também começam a ter um impacto significativo nas contas sectoriais. Por um lado, a substituição da aquisição de serviços de forma direta por meios indirectos leva a que uma parte do que anteriormente era contabilizado em remunerações ou excedente líquido da exploração (e portanto contabilizado no VAB agrícola) passe a ser contabilizado como aquisições de serviços, cujo impacto em termos de produto é imputado ao sector dos serviços”, e por outro lado a imputação de custos inerentes à transformação e transporte de produtos agrícolas cujo produto é imputado ao sector da indústria / serviços, com impactos substanciais no VAB agrícola.

ano, salientando-se que o aumento de consumos de “outros bens e serviços” foi de 3,9% ao ano e o dos consumos intermédios tradicionais de 0,8% ao ano.

Note-se que esta evolução do VAB dependerá de outras questões como sejam as condições climatéricas ou os critérios de imputação estatística⁴, nomeadamente a dificuldade de separação entre produção primária e indústria e de produção agrícola e serviços, nomeadamente no que se refere à imputação de consumos intermédios⁵ de sectores a jusante.

IMPACTO DO PREÇO MUNDIAL DOS CEREAIS NA FORMAÇÃO DO VAB AGRÍCOLA: DIMINUIÇÃO DOS PREÇOS OS CONSUMOS INTERMÉDIOS, EM PARTICULAR DOS CEREAIS IMPORTADOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, TEVE UM IMPACTO POSITIVO NO VAB AGRÍCOLA APÓS 2013

Os preços implícitos na produção agrícola e nos inputs são uma componente explicativa da evolução do rendimento agrícola.

No período 2000-2019, os preços implícitos na produção agrícola têm apresentado um crescimento inferior (0,9% ao ano) em relação aos preços dos bens intermédios (1,2% ao ano), com impactos negativos no VAB em valor.

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NA PRODUÇÃO, NOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E NO VABPM (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

O período mais recente, em particular a partir de 2013, verificou-se um decréscimo nos preços dos consumos intermédios, que deverá estar relacionada com a descida do preço mundial dos cereais, com impactos positivos na

⁴ A industrialização da agricultura é um fenómeno já com alguns anos. Em sectores muito integrados, como o vinho, o azeite ou a carne, em que os agricultores são também transformadores de produtos agrícolas, torna-se complexa ou arbitrária a imputação de preços de produção. Mais recentemente, tem aumentado a integração do sector horto-frutícola. Para além disso a imputação de alguns custos também levanta dificuldades, levando em geral à desvalorização do sector primário. Por ex., a valorização da produção de vinho ou azeite agrícola tem como referência o vinho “à saída do lagar” mas custos com garrafas, rótulos, publicidade, por serem suportados por cooperativas agrícolas, são imputados ao sector agrícola.

A aquisição de serviços imputada ao sector agrícola aumentou exponencialmente nos últimos anos., nomeadamente devido à expansão da integração vertical da fileira alimentar até à comercialização; à substituição de equipamentos da exploração (veículos, máquinas, ferramentas, armazéns), que integravam o capital fixo, pela aquisição de serviços de transporte, de reparação, de conservação de bens e à contratação indirecta de mão-de-obra, através de empresas.

⁵ A introdução de correções à contabilização dos consumos intermédios, nomeadamente outros bens e serviços, de forma a não imputação de custos ao sector que deveriam ser contabilizados nos sectores a jusante poderia representar um crescimento do VAB em volume

formação do VAB. De facto, verificou-se um **maior crescimento dos preços na produção** (0,9% ao ano) **face aos preços nos consumos intermédios** (0,8% ao ano), no período 2010-2019.

QUADRO 2: TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA E PIB (%)

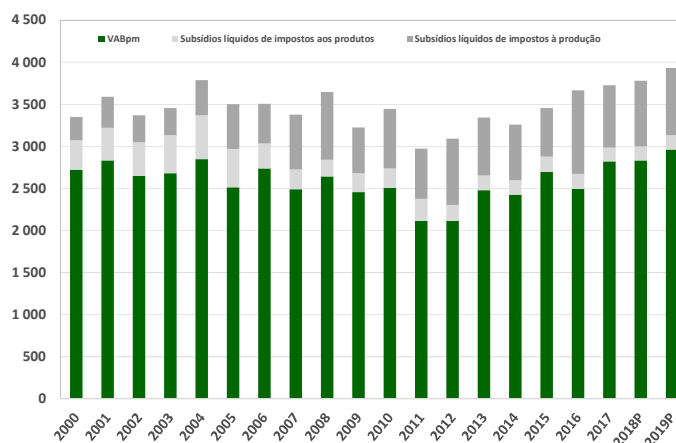
	2010/2019P			2018P/2019P		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção agrícola _{pm}	1,4	0,9	2,3	2,8	0,7	3,5
Consumos intermédios	1,8	0,8	2,6	1,4	1,0	2,3
VAB _{pm} agrícola	0,6	1,2	1,9	4,2	0,4	4,6
PIB _{pm}	0,7	1,2	1,9	2,2	1,7	3,9

FORNTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

SUBSÍDIOS REPRESENTAM CERCA DE 30% DO RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

O rendimento da atividade agrícola, medido através do VAB a custo de fatores (a preços correntes), que inclui o VAB a preços de mercado e os subsídios líquidos de impostos⁶, representam em média perto de 30% do rendimento, tendo vindo a crescer desde 2011, assumindo em 2019 o valor mais elevado desde 2000.

GRÁFICO 8: RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA- VABCF (MILHÕES DE EUROS)



P – dados provisórios

FORNTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

CRESCIMENTO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NO PRODUTO AGRÍCOLA ABAIXO DA INFLAÇÃO TEM FORTE IMPACTO NEGATIVO NA FORMAÇÃO DO RENDIMENTO

No período 2000-2019, os preços implícitos no produto agrícola (IPI VABpm) têm vindo a crescer, abaixo da inflação, (0,5% face a 2,0% ao ano)⁷. Os subsídios atenuaram ligeiramente a desvalorização

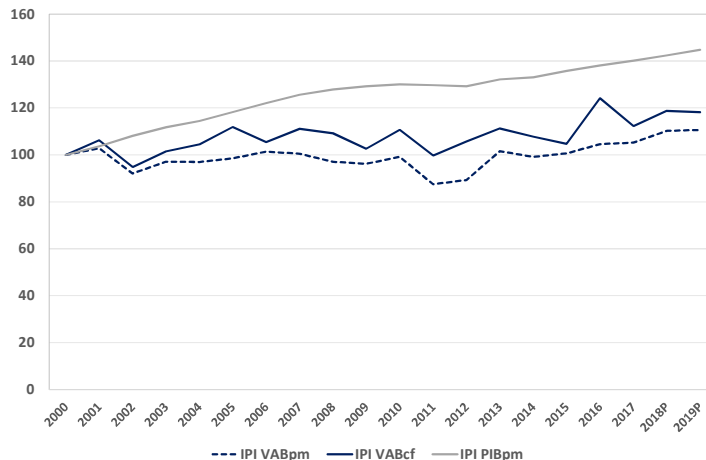
⁶ Incluem as ajudas diretas ligadas (aos produtos) e ajudas diretas desligadas (à produção), como o RPB, as medidas em zonas com condicionantes naturais e as medidas agroambiente e clima.

⁷ Analisando o produto agrícola em valor, verifica-se que, no período 2010-2019, o produto agrícola cresceu a uma média anual de 1,9% (mais que em volume), muito devido a um crescimento dos preços da produção agrícola (0,9% ao ano) superior ao verificado nos preços dos consumos intermédios (0,8% ao ano). Já no período 2000-2010, os preços implícitos nos consumos intermédios superaram os da produção agrícola (1,5% face a 0,8% ao ano).

dada pelo mercado ao conjunto do produto agrícola (IPI VABcf) contudo não impedindo a sua degradação em relação à economia (0,9% face a 2,0% ao ano).

No entanto, após 2010 observa-se uma tendência de crescimento idêntica à inflação, com impactos positivos no rendimento agrícola em termos reais.

GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NO VABPM, VABcf E PIBPM (2000=100)



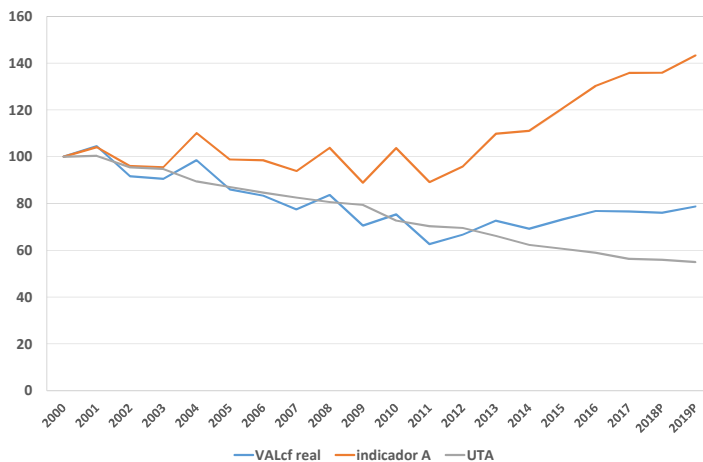
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA E CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

DIMINUIÇÃO DAS UTAS NÃO ASSALARIADAS COM FORTE IMPACTO NO CRESCIMENTO DO RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

O rendimento da atividade agrícola, medido através da relação entre o **rendimento real dos fatores (VALcf real)** e o **volume de trabalho agrícola**, tem vindo a assumir uma tendência de crescimento desde 2010 de 3,7% ao ano, em resultado quer do aumento do rendimento (%) quer da diminuição do volume de trabalho (-3,1% ano) em particular do não assalariado que apresentou um decréscimo substancial (-4,9% ao ano).

GRÁFICO 10: INDICADOR A - RENDIMENTO AGRÍCOLA (2000=100) - INDICADORES DE CONTEXTO C24



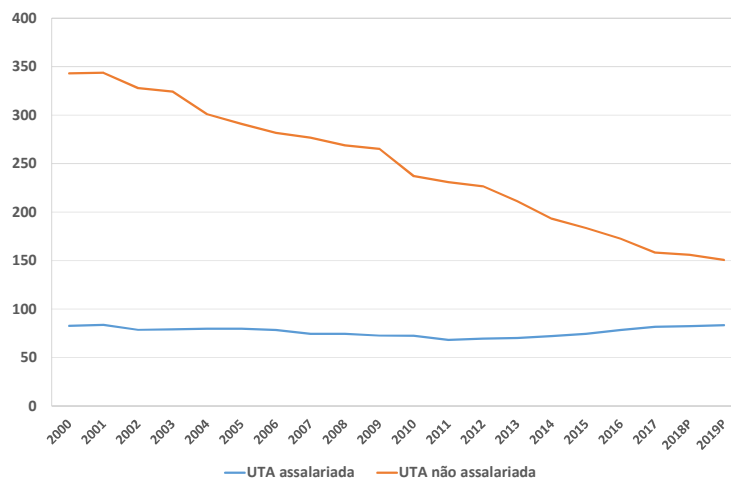
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

CRESCIMENTO DAS UTAS ASSALARIADAS E DO VALOR DO TRABALHO

De facto o decréscimo do volume de mão-de-obra global que se tem-se verificado resulta essencialmente da redução da mão-de-obra não assalariada, que decresce em cerca de 64%. A mão-de-obra assalariada, tendo apresentado um decréscimo acentuado até 2007, tem vindo a recuperar, representando, em 2016, 89% da que existia em 1989.

GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA E NÃO ASSALARIADA (MIL UTA)

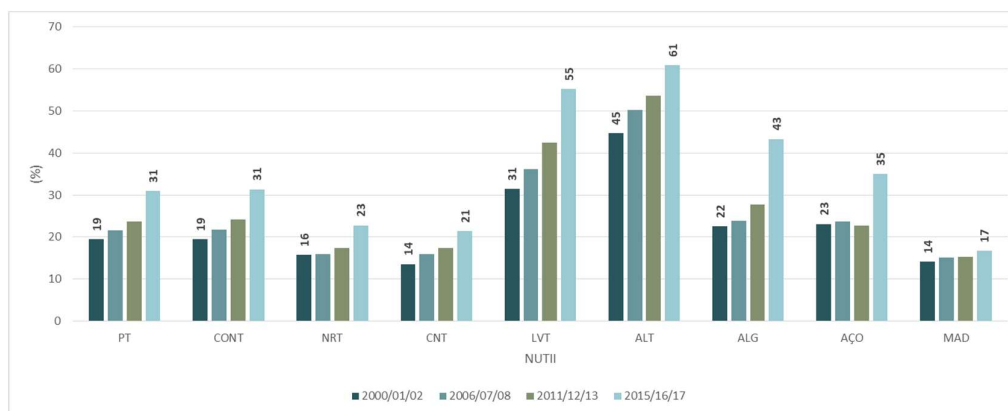


P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

No que se refere ao peso da mão-de-obra assalariada no volume de trabalho, associado à dimensão económica das explorações e aos tipos de agricultura, verifica-se igualmente uma grande diversidade regional. Assim, e para um valor médio de 28%, verificam-se diferenças significativas nas diversas regiões NUTs II, desde 17% na R.A. da Madeira e 21% na região Centro até 61% no Alentejo.

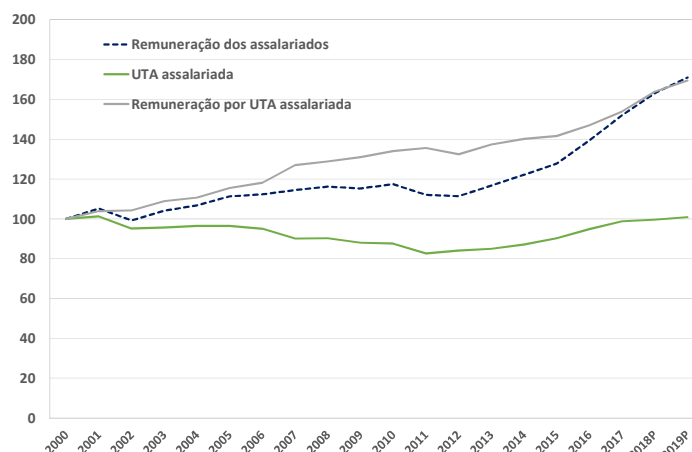
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DO PESO DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA NO TOTAL DA MÃO-DE-OBRA POR NUTII (MÉDIAS TRIENAIS)



FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: MARÇO DE 2019

O crescimento do trabalho assalariado na última década (média anual de 1,6% desde 2010) foi acompanhado por um aumento de remunerações por UTA, ou seja um aumento do valor do trabalho.

GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO POR ASSALARIADO (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

REMUNERAÇÕES DOS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS CORRESPONDEM A CERCA DE 88% DOS SALÁRIOS DA ECONOMIA⁸

GRÁFICO 14: RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO AGRÍCOLA ASSALARIADO E O SÁLARIO MÉDIO DA ECONOMIA (%)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA E CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

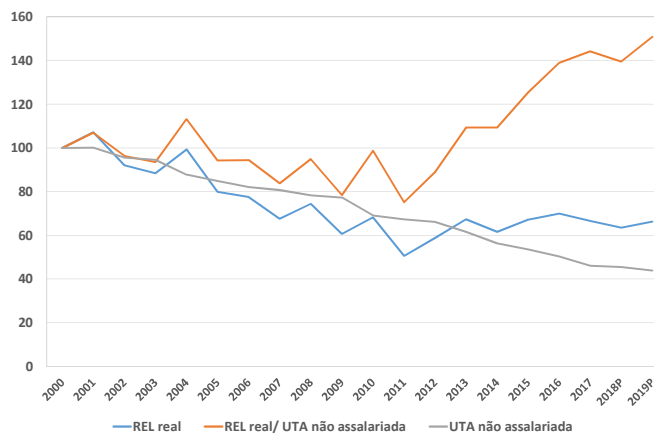
⁸ O indicador específico suporta-se na seguinte informação (tomando como base a ficha de indicador de contexto C25 da versão de 8/2/2019): remuneração dos assalariados (Fonte: CEA, ine); volume de trabalho agrícola (convertido para horas trabalhadas assumindo que 1 UTA = 1800 h; Fonte: CEA, INE); ordenados e salários (D11), excluindo setor primário (Fonte: CN, INE); volume de trabalho excluindo setor primário (Fonte: CN, INE). Note-se que se considerarmos as remunerações dos empregados (D1) em vez dos ordenados e salários (D11), as remunerações médias dos assalariados agrícolas correspondem a cerca de 69% das remunerações médias da economia (D1).

A DIMINUIÇÃO DO VOLUME DE TRABALHO NÃO ASSALARIADO TEVE IMPACTO POSITIVO NO RENDIMENTO EMPRESARIAL AGRÍCOLA

O rendimento empresarial agrícola, é calculado a partir da relação entre o rendimento empresarial agrícola real e o volume de trabalho não assalariado.

A evolução tem sido positiva em resultado do decréscimo do volume de trabalho não assalariado face ao total (-4,9% face a -3,1% ao ano entre 2010 e 2019) e da relativa estabilização do rendimento empresarial (-0,3% ao ano), devido nomeadamente ao crescimento da remuneração dos assalariados (4,3% ao ano). Saliente-se que o indicador registou 7,5 mil euros por UTA em 2010 e passados nove anos perto de 11,5 mil euros por UTA.

GRÁFICO 15: INDICADOR B - RENDIMENTO EMPRESARIAL AGRÍCOLA (2000=100) - INDICADOR DE CONTEXTO C25



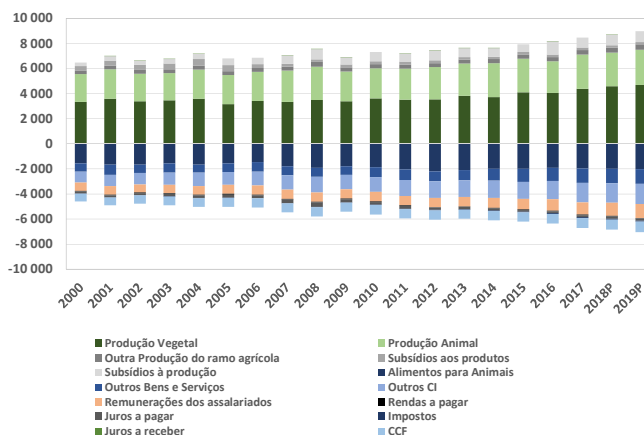
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO AGRÍCOLA: CONCENTRAÇÃO DAS RECEITAS NAS PRODUÇÕES VEGETAL E ANIMAL E DAS DESPESAS NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, NOS OUTROS BENS E SERVIÇOS E NA REMUNERAÇÃO DOS ASSALARIADOS

O gráfico seguinte apresenta a evolução das diferentes componentes do rendimento empresarial. Analisando a estrutura de receitas, constata-se a prevalência da produção vegetal, representando 52% das receitas face à produção animal (31%) e o impacto que os consumos intermédios têm na estrutura de custos, nomeadamente a alimentação animal (que representa 29% do total de custos da atividade) e dos outros bens e serviços (17%), saliente-se que estes últimos assumem maior importância face ao custo com remunerações dos assalariadas (16%).

GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO AGRÍCOLA 2000-2019 (MILHÕES DE EUROS)



P – dados provisórios

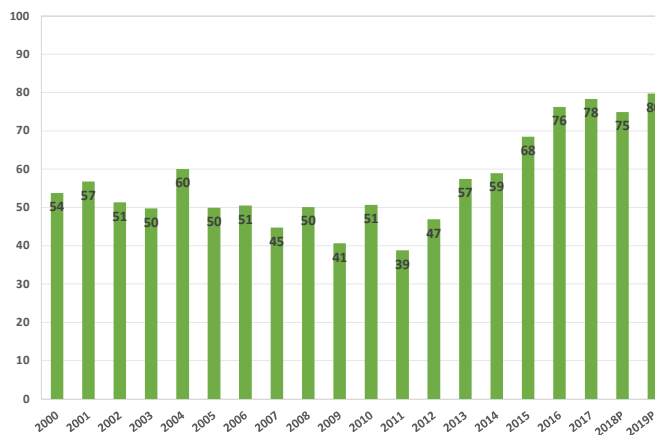
FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM CONVERGÊNCIA COM O CONJUNTO DA ECONOMIA

Comparando a evolução do nível de vida, medido pelo rendimento empresarial líquido agrícola (REL) do setor agrícola com o salário médio da economia verificou-se uma convergência, representando atualmente a 80% em 2019). Saliente-se que se se comparar com as remunerações médias dos empregados da economia, o valor desce para 62%. E se relacionar com os custos de trabalho não-agrícolas⁹ o valor varia entre os 44% (rendimento médio da UTA não assalariada) e os 51% (rendimento médio da UTA total).

Verifique-se que o rendimento médio agrícola cresceu a uma média anual de 6,1% desde 2010 enquanto os salários (e remunerações) médios da economia cresceram 0,9% ao ano, denotando uma convergência do setor com o conjunto da economia.

GRÁFICO 17: RELAÇÃO ENTRE O RENDIMENTO EMPRESARIAL AGRÍCOLA E OS SALÁRIOS MÉDIOS DA ECONOMIA (%) - INDICADORES DE CONTEXTO C25



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA E CN, INE.

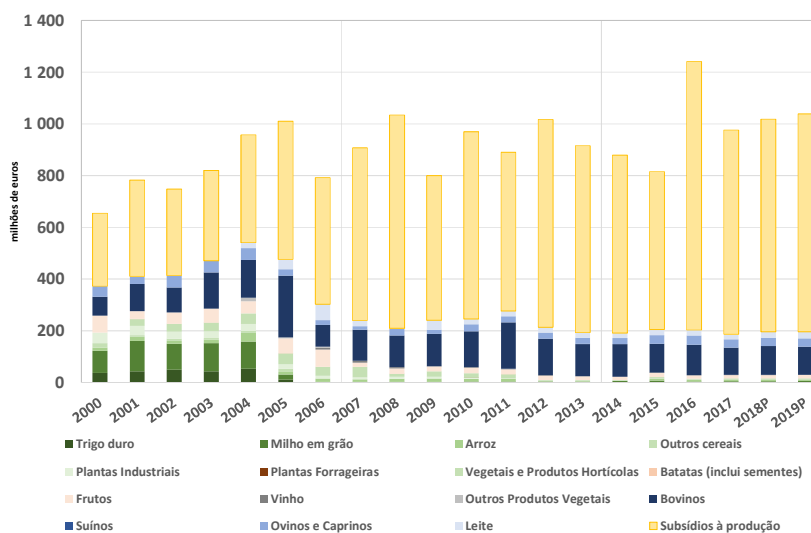
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: FEVEREIRO DE 2020

⁹ A ficha de indicador ligada ao indicador de contexto C25 foi atualizada passando a integrar os seguintes subindicadores (cada um deles comparado com os custos de trabalho nos restantes setores da economia): (a) o REL (adicionado da remuneração dos assalariados) médio por UTA que reflete a remuneração média de todo o trabalho agrícola (Fonte: CEA, INE); (b) o rendimento líquido da exploração (adicionado dos salários e custos sociais) médio por UTA (Fonte: RICA) – este indicador é semelhante ao anterior apenas as fontes são diferentes; (c) o rendimento líquido da exploração (retirando os custos de oportunidade próprios de terra e capital) médio por UTA não assalariada (Fonte: RICA) - este indicador é semelhante ao indicador B das CEA.

III. DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS E O EFEITO DOS SUBSÍDIOS NO RENDIMENTO

O gráfico seguinte apresenta o montante de subsídios que compõem o rendimento agrícola no período 2000-2019¹⁰. A evolução revela os impactos das diferentes reformas da PAC compreendidas no período em análise: o período anterior a 2005, onde predominavam os subsídios ligados aos produtos, com destaque para as produções vegetais, e o período posterior, com a introdução dos desligamentos das ajudas, os subsídios à produção passaram a representar mais de 70% do total de subsídios (e mais de 81% nos últimos três anos), que incluem os pagamentos desligados do 1º pilar da PAC, como sejam o RPB e o pagamento *greening*, e as ajudas à superfície do 2º pilar da PAC, nomeadamente as medidas ambiente e clima e zonas com condicionantes naturais. Note-se que os apoios ao rendimento permitem, nomeadamente, que a agricultura portuguesa seja capaz de produzir alimentos em quantidade garantindo, simultaneamente, que a jusante da cadeia alimentar os consumidores possam pagar um preço razoável pelos alimentos.

GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS AOS PRODUTOS E SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO (MILHÕES DE EUROS)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: MARÇO DE 2019

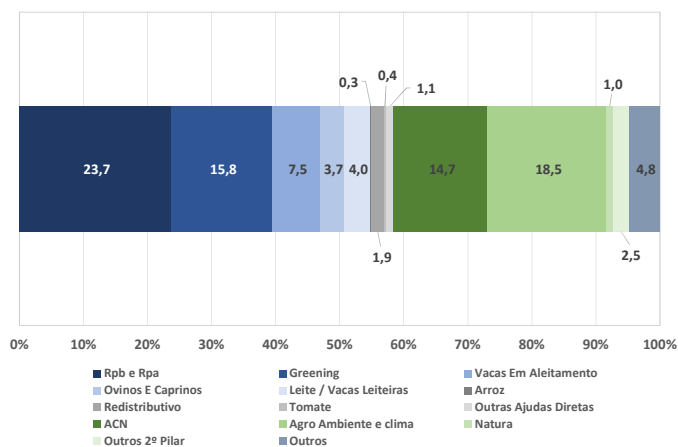
Atualmente, os pagamentos diretos representam quase 60% dos apoios que compoem o rendimento agrícola. Nos quais, os regimes pagamento base e apoio à pequena agricultura representam cerca de ¼ dos subsídios, seguido do pagamento *greening* (15,8%) que constituem pagamentos desligados, os

¹⁰Saliente-se que esta diminuição decorre da metodologia de contabilização dos subsídios. A evolução anual dos subsídios apresenta alguns comportamentos atípicos devido ao calendário de pagamentos (Dezembro ano n a Junho ano n+1) que pode levar à concentração da contabilização dos subsídios em determinados anos em detrimento de outros.

pagamentos ligados à produção representam 16% (vacas em aleitamento – 7,5, leite – 4% , ovinos e caprinos – 3,7%, arroz -0,3% e tomate para indústria -0,4%). Cerca de 37% apoios do 2º pilar, nomeadamente as apoios de superfície agro ambiente e clima (18,5%) e apoio às zonas com condicionantes naturais (14,7%).¹¹

De notar que a convergência dos pagamentos diretos, por um lado, exerce pressão negativa sobre o rendimento dos setores mais intensivos, como leite, arroz, tomate para indústria e arvenses de regadio, e por outro favorece o rendimento dos setores extensivos e de setores como frutos, hortícolas e vinho.

GRÁFICO 19: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS CORRENTES EM PT - 2017 (%)

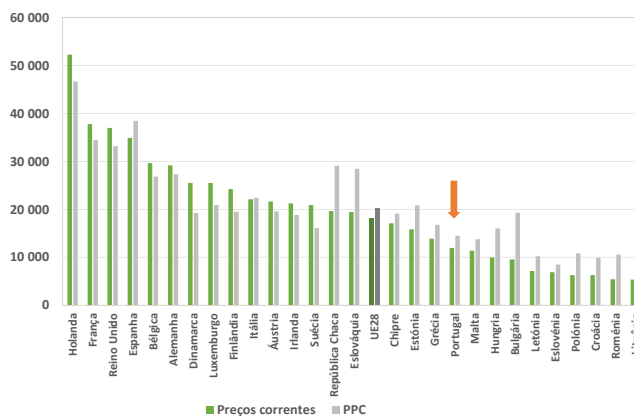


FORNTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM PT INFERIOR À MÉDIA UE28

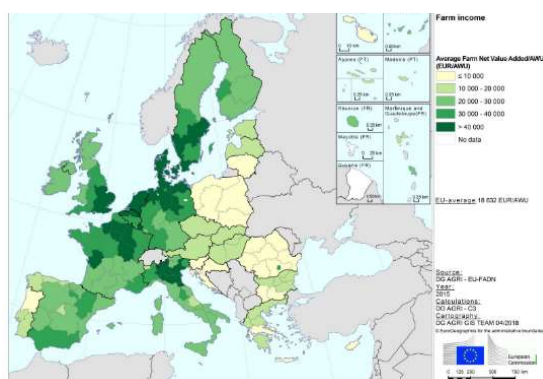
O rendimento agrícola em PT representa cerca de 63% e 77% do rendimento médio UE28, a preços correntes e paridades de poder compra (PPC) respectivamente. Sendo o 10º mais baixo, a preços correntes e o 8º mais baixo em PPC, revela da baixa capacidade aquisitiva dos agricultores portugueses.

GRÁFICO 20: RENDIMENTO AGRÍCOLA UE28 - 2018 (EUROS/UTA)



FORNTE: GPP, A PARTIR DE CEA, EUROSTAT.

FIGURA 4: RENDIMENTO AGRÍCOLA NA UE POR REGIÕES RICA



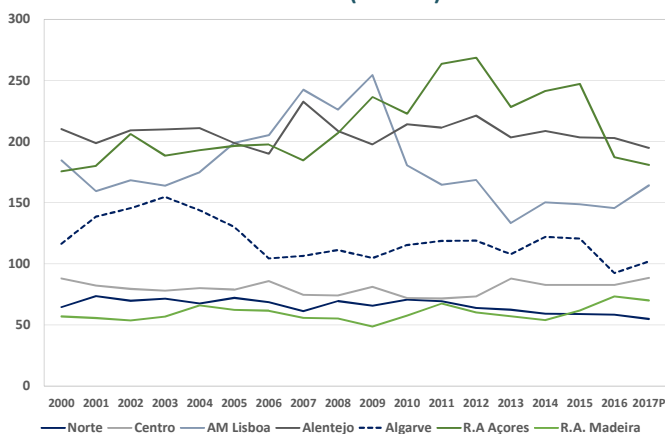
De acordo com a informação RICA, na região “Alentejo e Algarve” o rendimento representa 89% do rendimento UE, nas Regiões Autónomas 77%, na região “Ribatejo e Oeste” 76% e na região “Norte e Centro” 50%.

FONTE: DGAGRI

DISPARIDADES REGIONAIS DO RENDIMENTO AGRÍCOLA

O nível de rendimento agrícola é bastante diferenciado nas diferentes regiões NUTs II, com níveis inferiores à média nas regiões Norte, Centro e R.A. da Madeira e com valores de rendimento mais do dobro da média PT no Alentejo e R.A. dos Açores.

GRÁFICO 21: RENDIMENTO AGRÍCOLA (VABCF/UTA) FACE À MÉDIA PT POR NUTII (PT=100)

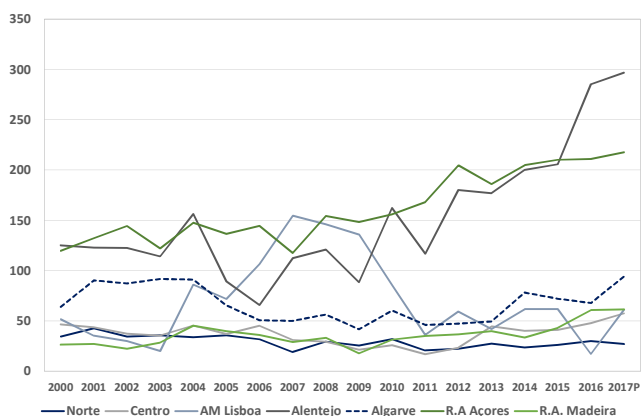


P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: MARÇO DE 2019

GRÁFICO 22: RENDIMENTO AGRÍCOLA (REL A PREÇOS CORRENTES/UTA NÃO ASSALARIADA) POR NUTII FACE À MÉDIA ECONOMIA (ORDENADOS E SALÁRIOS A PREÇOS CORRENTES/ETC) - (SALÁRIO MÉDIO ECONOMIA =100)



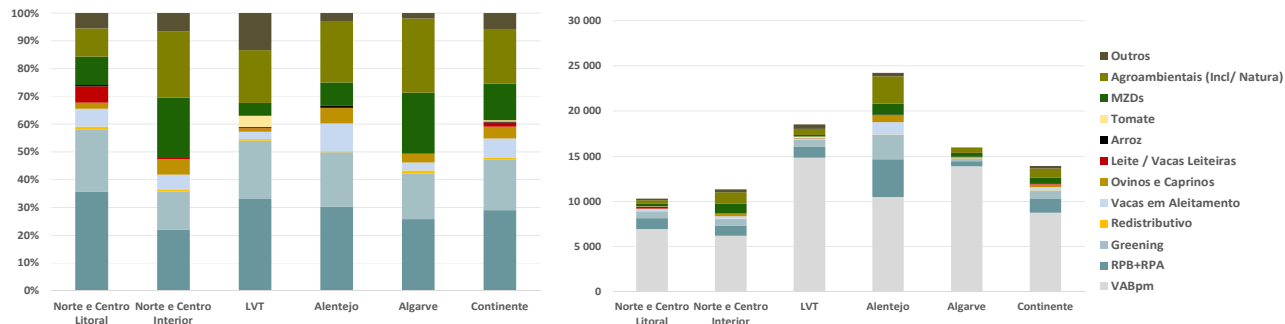
P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: MARÇO DE 2019

DIVERSIDADE REGIONAL NA ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E IMPORTÂNCIA DOS PAGAMENTOS DIRETOS NA FORMAÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA: ALENTEJO E CENTRO

GRÁFICO 23: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR REGIÃO – MÉDIA 2015/16/17 (EUROS/UTA)



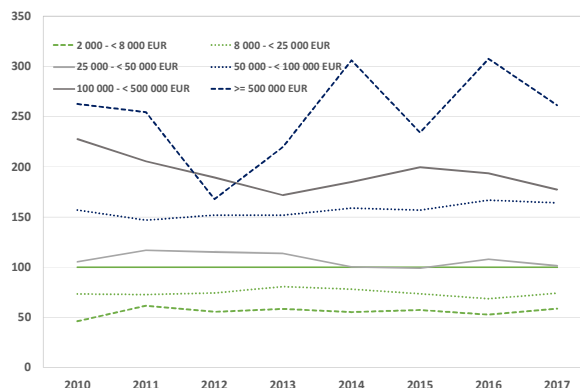
FORNTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

O RENDIMENTO AGRÍCOLA É PROPORCIONAL À DIMENSÃO ECONÓMICA E FÍSICA

Predominância dos pagamentos diretos na formação do rendimentos em todas as classes de SAU.

Importância do apoio a zonas com condicionantes naturais no rendimento associado às pequenas explorações, tendo em conta a sua reduzida dimensão física e económica, com problemas de viabilidade (esta matéria encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico do objetivo específico 2).

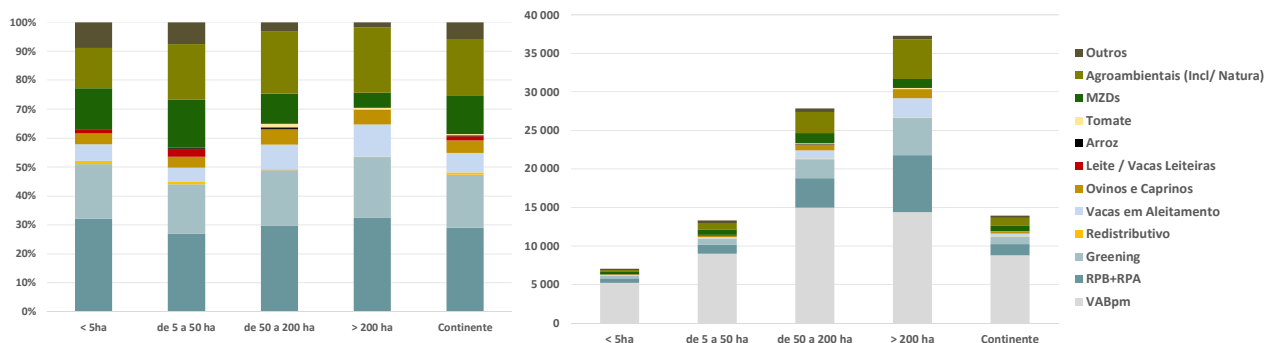
GRÁFICO 24: RENDIMENTO NAS CLASSES DE DE FACE À MÉDIA (PT=100) - INDICADORES DE CONTEXTO C26



FORNTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

A ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS É HOMOGÉNEA EM TODAS AS CLASSES DE SAU

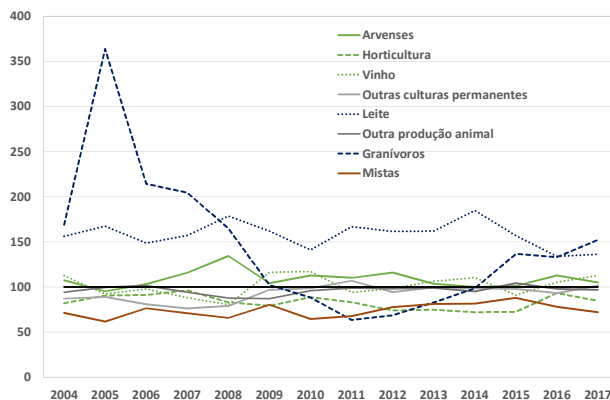
GRÁFICO 25: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR DIMENSÃO FÍSICA – MÉDIA 2015/16/17 (EUROS/UTA)



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

DIVERSIDADE SETORIAL DO RENDIMENTO¹²: O SECTOR DO LEITE APRESENTA O MAIOR NÍVEL DE RENDIMENTO REPRESENTANDO 150% DA MÉDIA NACIONAL¹³

GRÁFICO 26. RENDIMENTO NAS OTE FACE À MÉDIA (PT=100)- INDICADORES DE CONTEXTO C26

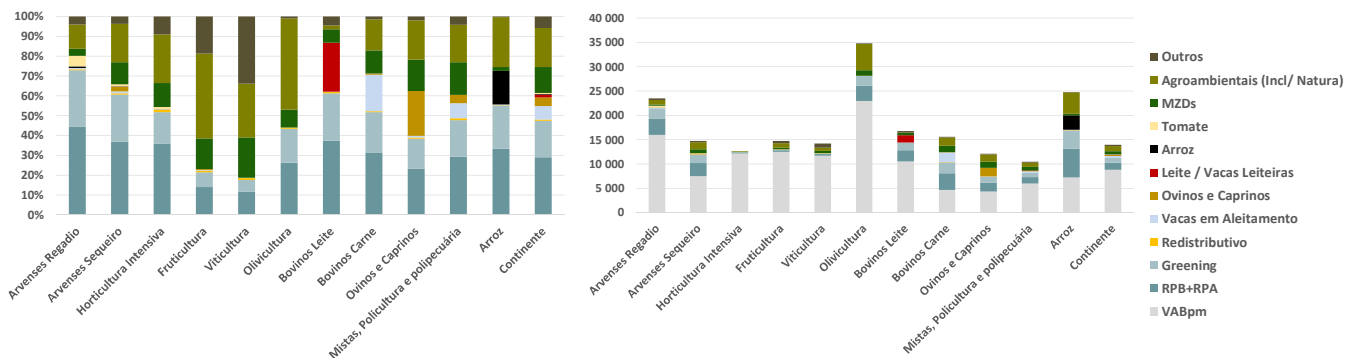


FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

¹² As questões ligadas ao rendimento por região e por setor podem ser consultadas nos ficheiros da base de dados RICA. Note-se a este respeito que a fundamentação das intervenções PEPAC será acompanhada de uma análise mais detalhada do ponto de vista regional e setorial.

¹³ [Em atualização - GRANÍVOROS A PARTIR DE 2009]

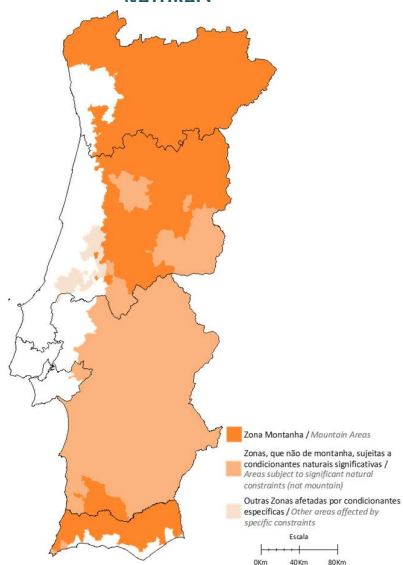
GRÁFICO 27: ESTRUTURA DE SUBSÍDIOS E COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR OTE – MÉDIA 2015/16/17 (EUROS/UTA)



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

O APOIO NAS ZONAS COM CONDICIONANTES NATURAIS COM DIFERENTES EVOLUÇÕES

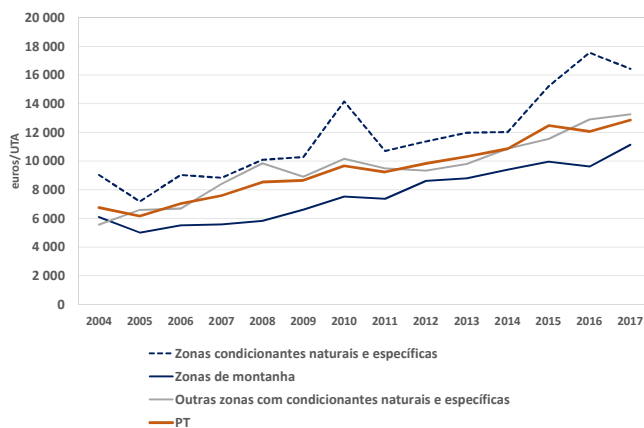
FIGURA 5. ZONAS COM CONDICIONANTES NATURAIS



A evolução do rendimento agrícola de acordo com a tipologia de zonas desfavorecidas revela disparidades:

- as **zonas de montanha**, localizadas essencialmente no **interior norte e centro e algarve** (predomínio do **minifúndio**), com rendimentos inferiores à média, apresentam evolução similar.

GRÁFICO 28. RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS COM CONDICIONANTES NATURAIS - INDICADORES DE CONTEXTO C26



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

O rendimento nas zonas de montanha é sempre inferior ao rendimento nas restantes zonas (exceto nas explorações até 5 ha), mesmo com apoios, ainda assim com **maior relevância das ajudas AZD** (cerca de 15% dos pagamentos SIGC) no rendimento (cerca de 12%). É aliás nas zonas de

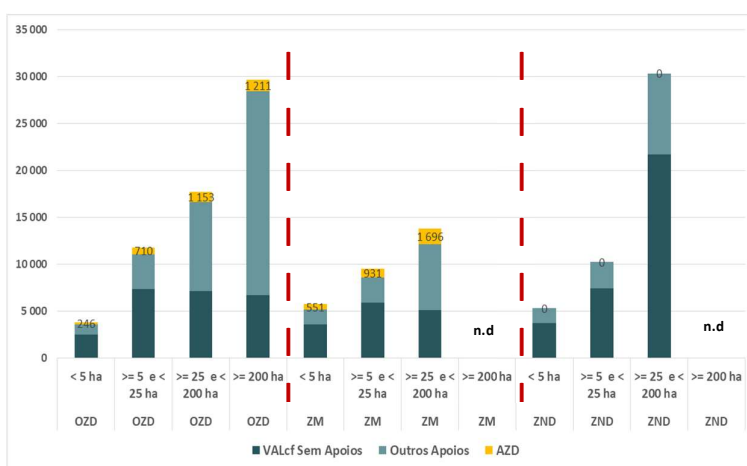
montanha que se **concentram os beneficiários (78%) e os montantes pagos (77%)** dos apoios às zonas desfavorecidas, com um pagamento médio por hectare de 139 euros em 2017.

Em PT, as áreas com condicionantes naturais e outras específicas¹⁴ correspondem a 90% da SAU (acima da média UE de 59,9%), das quais 25,5% são zonas de montanha, mais concentradas nas regiões Norte, Centro e Algarve; 60,7% são outras zonas com restrições naturais, que não as de montanha, com maior foco na região do Alentejo; e 3,8% são zonas com outras condicionantes específicas situadas nos distritos de Coimbra, Leiria e Santarém.

- as **zonas com condicionantes naturais ou específicas**, com localização preferencial na região do **Alentejo** (onde prevalecem explorações de **grande dimensão física**), apresentam níveis de rendimento superiores à média, e uma evolução diferenciada face ao conjunto do sector, essencialmente após o último quadro de programação onde se verificou

um aumento substancial do rendimento. O rendimento nestas zonas é sempre superior ao das zonas de montanha (exceto explorações até 5 ha), com uma **menor importância dos apoios AZD no rendimento** destas explorações (cerca de 6%). Estas zonas concentram **60% da superfície paga** dos apoios às zonas desfavorecidas (um forte crescimento face a 2013, ultrapassando as zonas de montanha, em resultado do **processo de extensificação**, notando-se um incremento da superfície declarada de pastagens permanentes e de superfície forrageira temporária / OTE bovinos de carne extensivos entre 2013 e 2017) em 22% dos beneficiários, cujo pagamento médio ronda os 29 euros/ha em 2017.

GRÁFICO 29. IMPORTÂNCIA DAS AZD POR CLASSE DE DIMENSÃO FÍSICA



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

¹⁴ Fonte: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/farming/documents/cap-context-indicators-table_2019_en.pdf

IV. RESILIÊNCIA E GRAU DE APROVISIONAMENTO

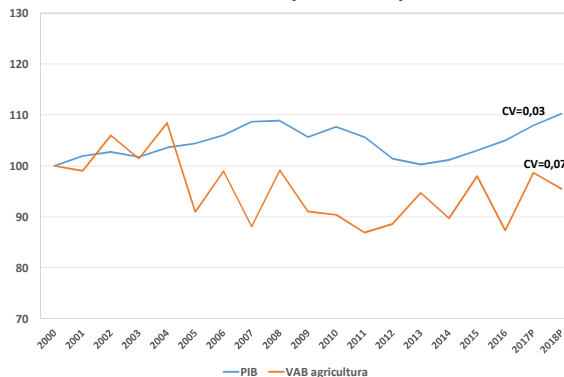
O risco é inerente à atividade económica, pois há sempre um conjunto de elementos incertos que ocorrem entre a decisão de produzir e o momento de concretização da produção em resultados económicos.

No entanto, a atividade agrícola decorre num ambiente de maior suscetibilidade ao risco face às restantes atividades económicas que se traduz numa maior variabilidade do seu rendimento, implicando uma maior capacidade de resiliência do sector.

De referir a existência em PT de sistemas

agrícolas multifuncionais que contribuem para uma maior resiliência e estabilização do rendimento na agricultura, nomeadamente os sistemas agro-florestais que desempenham um papel relevante quer em termos económicos quer do ponto de vista ambiental. A este respeito será também de destacar a importância da agricultura familiar, predominante em grande parte do território.

GRÁFICO 30. EVOLUÇÃO DO VABPM AGRÍCOLA E PIBPM, EM VOLUME (2000=100)



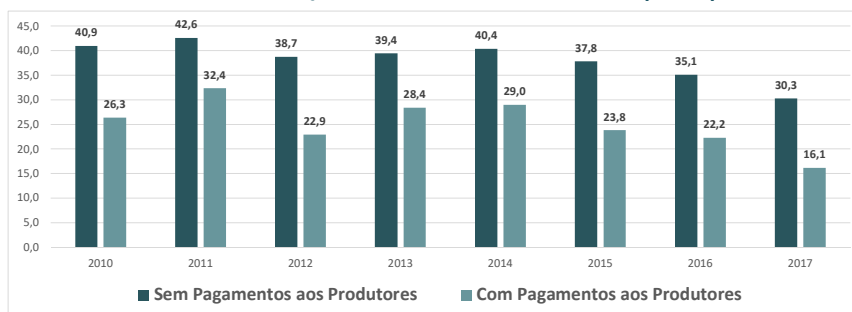
P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA E CN, INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: MARÇO DE 2019

OS PAGAMENTOS AOS PRODUTORES TÊM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA RESILIÊNCIA DO SECTOR¹⁵, EM PARTICULAR NO ALENTEJO E ALGARVE; A RESILIÊNCIA TEM MELHORADO NOS ÚLTIMOS ANOS

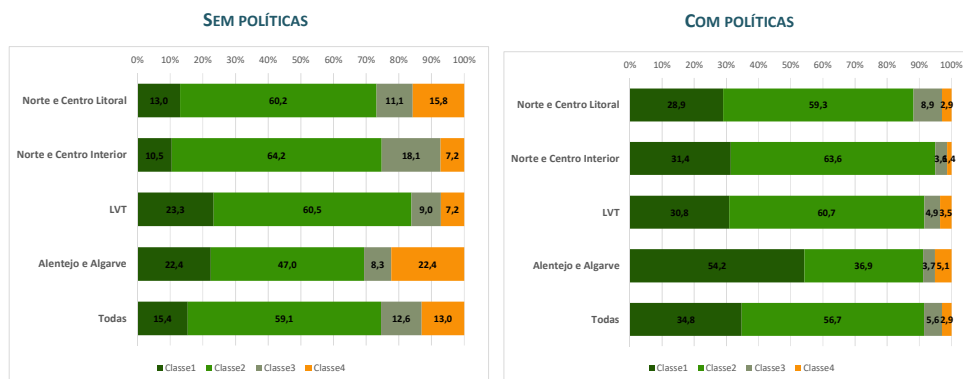
GRÁFICO 31: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30%



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

¹⁵ As questões ligadas ao rendimento por região e por setor podem ser consultadas nos ficheiros da base de dados RICA, assim como ao nível dos diagnósticos específicos dos setores. Note-se a este respeito que a fundamentação das intervenções PEPAC será acompanhada de uma análise mais detalhada do ponto de vista regional e setorial.

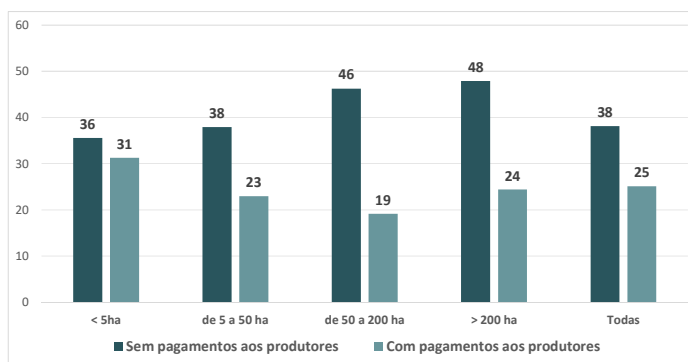
GRÁFICO 32: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR REGIÃO – Nº DE EXPLORAÇÕES



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

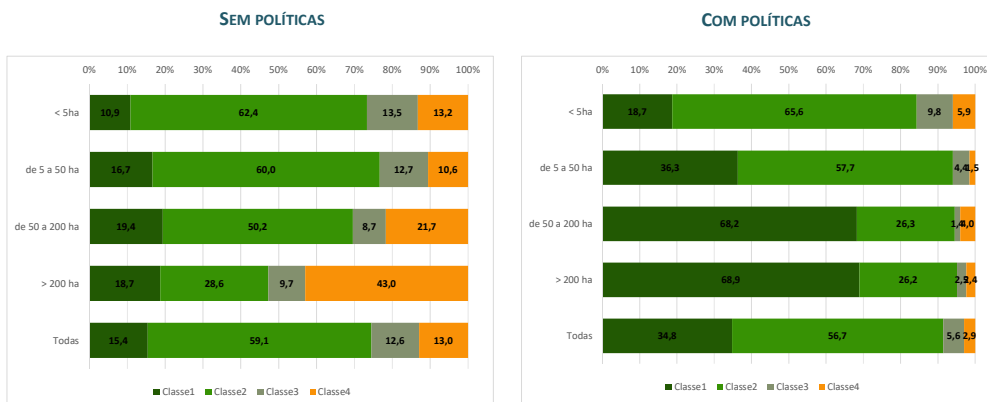
O IMPACTO DOS PAGAMENTOS AOS PRODUTORES NO AUMENTO DE RESILIÊNCIA É MAIS EFICAZ NAS GRANDE EXPLORAÇÕES

GRÁFICO 33: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30% POR CLASSE DE SAU (2010-2017)



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

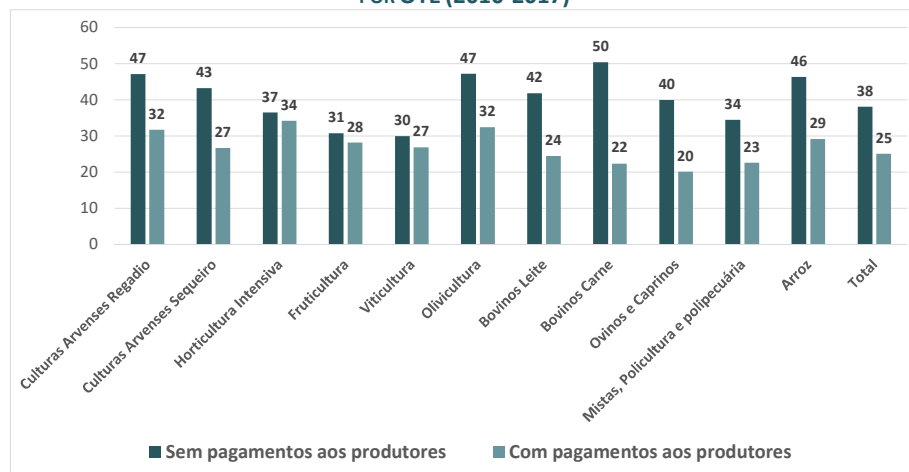
GRÁFICO 34: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR CLASSE DE SAU – Nº DE EXPLORAÇÕES



FONTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

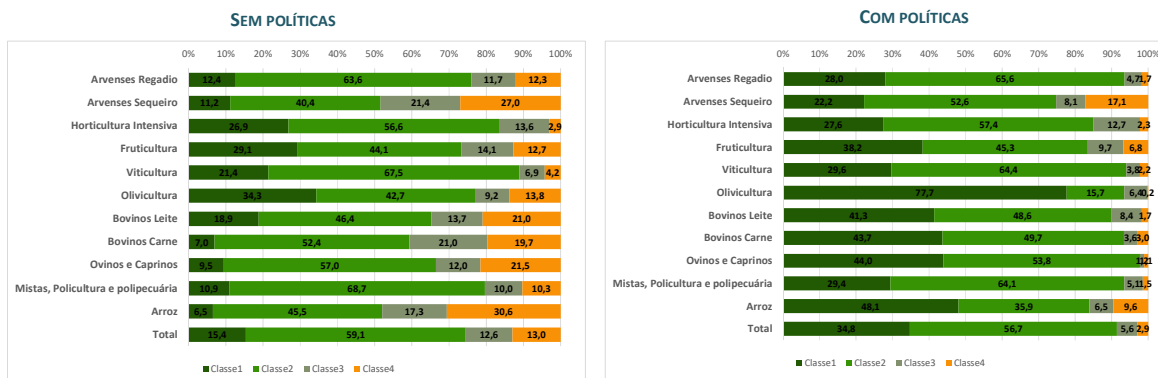
OS PAGAMENTOS AOS PRODUTORES TÊM GRANDE IMPACTO NA RESILIÊNCIA DA GRANDE MAIORIA DOS SECTORES, EM PARTICULAR O ARROZ, OS BOVINOS, A OLIVICULTURA E AS ARVENSES

GRÁFICO 35: PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES COM QUEBRAS NO RENDIMENTO (VALCF) SUPERIORES A 30% POR OTE (2010-2017)



FORNTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

GRÁFICO 36: SITUAÇÃO ECONÓMICA POR OTE – Nº DE EXPLORAÇÕES



FORNTE: GPP, A PARTIR DE RICA.

DIFICULDADE DE ABASTECIMENTO DA INDÚSTRIA LOCAL E REGIONAL

QUADRO 3: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES – 2000, 2009, 2012, 2015 E 2018 (%)

	2000	2009	2012	2015	2018 P
Total de sementes e frutos oleaginosos	29,7	46,8	51,0	53,8	71,2
Girassol	9,8	6,5	4,3	12,3	8,7
Azeitona	98,1	101,0	102,7	103,7	102,5
Total de carnes	74,2	72,4	76,0	72,2	74,9
Carne de bovinos	56,6	51,5	56,5	53,8	53,8
Carne de suínos	65,1	63,1	69,2	68,8	69,1
Carne de ovinos e caprinos	67,6	65,5	76,0	79,2	80,8
Carne de equídeos	91,0	76,7	111,8	185,0	80,7
Carne de animais de capoeira	94,8	92,2	89,6	87,2	86,2
Total de gorduras e óleos vegetais	20,8	17,3	14,2	26,8	37,2
Óleo de Girassol	8,8	4,2	3,5	9,6	7,5
Azeite	71,2	75,3	80,8	133,8	160,5
Leites e produtos lácteos	102,4	90,2	93,8	97,1	93,1
Leite	110,6	107,1	106,7	112,6	106,7
Leites acidificados (iogurtes)	63,5	42,9	46,7	47,0	46,9
Manteiga	131,6	170,6	164,7	152,4	152,4
Queijo	78,3	55,5	74,1	65,6	64,9
Ovos	99,2	96,1	103,4	107,8	101,4

	2000/2001	2009/2010	2012/2013	2015/2016	2017/2018 P
Vinho	118,4	106,8	139,3	136,9	113,0
Açúcar	18,0	1,1	1,1	0,6	3,3
Hortícolas	146,2	155,3*	155,3*	155,3*	155,3*
Batata	64,2	46,3	44,7	47,8	48,5
Total de tomate	173,5	175,0*	175,0*	175,0*	175,0*
Tomate fresco	99,0	100,7*	100,7*	100,7*	100,7*
Tomate industrializado	1 042,0	1015,9*	1015,9*	1015,9*	1015,9*
Total de Cereais	33,1	21,4	22,1	22,7	18,6
Trigo	19,9	6,9	4,1	5,5	4,0
Centeio	79,3	35,8	28,8	35,7	34,1
Aveia	98,2	78,0	63,3	68,1	69,7
Cevada	12,0	15,1	7,3	13,3	14,1
Milho	40,6	31,7	32,2	30,6	24,2
Frutos	66,5	67,8	67,4	72,4	77,5
Frutos frescos	58,6	66,3	61,8	68,3	73,2
Frutos secos	106,2	66,7	77,5	98,0	76,4
Frutos secados	33,3	22,2	25,0	25,0	33,3
Citrinos	80,1	74,0	81,4	80,9	89,3
Maçã ^{a)}	68,5	84,3	85,3	101,2	104,1
Pêra ^{a)}	100,8	162,6	187,1	188,0	192,4
Pêssego fresco ^{a)}	68,7	52,6	44,8	48,5	43,8
Uva de Mesa ^{a)}	57,8	42,6	30,0	42,2	45,8
Laranja ^{a)}	78,0	82,1	104,4	94,9	104,0

*Dados relativos a 2003/2004

** Dados relativos a 2013/2014

a) Balanços de mercado

Fonte: Balanços de aprovisionamento, INE

V. A GESTÃO DOS RISCOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA ¹⁶

ENQUADRAMENTO AO RISCO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

As flutuações de preços no mercado mundial, as crises económicas e a consciencialização do verdadeiro impacto das alterações climáticas, justificam uma maior atenção na necessidade de promoção e implementação de medidas, públicas e privadas, de gestão de riscos, no setor agrícola.

A intervenção pública deve, por isso, ter um papel determinante na abordagem e gestão dos, garantindo um quadro institucional favorável à definição e implementação das estratégias individuais adequadas.

QUADRO 4: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

De acordo com a classificação da OCDE ¹⁷ os riscos na atividade agrícola classificam-se em **quatro categorias**: os riscos de produção, de mercado, financeiros e os riscos institucionais ou legais, e em **três tipos de escalas**: micro, meso ou macro (Quadro 4: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

Tipo de risco	Risco microeconómico (idiosincrático) que afeta um indivíduo ou uma família	Meso-económico (covariante). Risco que afeta um grupo de famílias ou uma comunidade	Macro-económico (sistémico). Risco que afeta uma região ou nação
Produção	Granizo, geada, doenças não contagiosas, riscos pessoais (doença, morte), riscos de ativos	Chuva, deslizamentos de terra, poluição	Inundações, secas, pragas, doenças contagiosas, tecnologia
Mercado	-	Variação do preço da terra, novas exigências da indústria agro-alimentar, alarmes de saúde pública	Mudanças nos preços de matérias primas / produtos devido a choques (e.g embargos), novos mercados, variabilidade endógena, taxas de câmbio
Financeiro	Mudanças no rendimento das explorações de fontes não agrícolas	-	Mudanças nas taxas de juros ou no valor dos ativos financeiros, acesso ao crédito
Institucional / legais	Risco de responsabilidade (Liability risk)	Mudanças nas políticas ou nos regulamentos	Mudanças nas políticas e regulamentos regionais ou nacionais, legislação ambiental, nos pagamentos agrícolas

Fonte: OCDE (2009)

QUADRO 98: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 99: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 100: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 101: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 102: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 103: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 104: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 105: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

¹⁶ No que respeita à gestão do risco importa atender a que o indicador comum de contexto C45 (Perdas agrícolas diretas atribuídas a catástrofes) corresponde ao grupo de indicadores do indicador Sendai C2, que regista perdas diretas na aquacultura e pescas em conjunto com culturas, pecuária e floresta. O objetivo C do Sendai corresponde a "Reduce direct disaster economic loss in relation to global gross domestic product (GDP) by 2030" e especificamente o C2 "Direct agricultural loss attributed to disasters". PT prevê começar a registar esta informação a partir de 2020 de acordo com o inquérito relativo à disponibilidade de dados publicado em 2017.

¹⁷ OCDE, 2009. *Managing risk in agriculture: A holistic approach*.

QUADRO 106: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 107: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 108: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 109: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 110: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO 111: Tipos de riscos associados à atividade agrícola

QUADRO)¹⁸.

A estratégia clássica de abordagem à gestão do risco propostas pela OCDE¹⁹ sugere a aplicação de uma "diagonal de boa governação" como o conjunto mais eficiente de respostas: os riscos normais devem ser geridos pelos agricultores, principalmente utilizando estratégias na exploração agrícola, os riscos de intensidade média

QUADRO 5: Padrão óptimo de estratégias de gestão de risco

Nível de risco / Resposta	Risco catastrófico (raro, elevado dano e sistémico)	Riscos de mercado (dano intermédio)	Riscos normais (dano reduzido mas frequente)
Estratégia na exploração agrícola	-	-	Estratégia na exploração agrícola - Diversificação de atividades; - Poupanças - Utilização de tecnologia que reduza a variabilidade na produção
Instrumentos de mercado	-	Instrumentos de mercado - Contratos de futuros - Seguros	-
Políticas Ex-Ante	Políticas de apoio a incidentes - Pagamentos ex-post / ex-ante; - Seguros públicos	-	-
Políticas Ex-Post		-	-

Fonte: OCDE (2011)

devidos devem ser abordados utilizando ferramentas de mercado, tais como seguros ou contratos de futuros e os riscos catastróficos devem ser tratados através de apoios públicos (Quadro 5: Padrão óptimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 145: Padrão óptimo de estratégias de gestão de risco

¹⁸ Os riscos microeconómicos centram-se na exploração agrícola, não estão correlacionados com riscos em outras explorações, podendo ser segurados. O segundo nível (meso) aplica-se a um grupo de explorações que são afetadas conjuntamente pelo mesmo risco, tornando-o covariável. No nível macro, os riscos são sistémicos, pois influenciam todos os setores e regiões, tornando-os difíceis ou mesmo impossíveis de serem tratados pelo seguro comercial. Os riscos de produção são intrinsecamente ligados à natureza biológica da agricultura e da sua dependência aos elementos climáticos. As aleatoriedades climáticas podem afectar quer os agricultores individualmente, grupos de agricultores ou mesmo regiões inteiras em caso de catástrofes de grande escala. O risco de mercado pode ser induzido por processos especulativos que incrementem o preço da terra, alarmismo em termos de saúde pública que podem reduzir drasticamente a procura de um produto, ou condicionados por alterações bruscas nos preços das matérias primas, com reflexo nos custos de produção. Os riscos financeiros podem ser específicos da exploração agrícola, como uma alteração do rendimento não agrícola ou sistémicos, como por exemplo os resultantes de alterações nas taxas de juro sobre os empréstimos bancários contraídos. Os riscos institucionais e jurídicos geralmente relacionam-se com as mudanças nas políticas em diferentes níveis.

¹⁹ OCDE, 2011. *Managing risk in agriculture: Policy assessment and design*.

QUADRO 146: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 147: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 148: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 149: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 150: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 151: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 152: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 153: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 154: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 155: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 156: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 157: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO 158: Padrão ótimo de estratégias de gestão de risco

QUADRO).

Em termos gerais, as empresas do sector agrícola estão expostas a riscos que são comuns às empresas de outros sectores, nomeadamente de volatilidade de preços (da produção ou do custo dos fatores), de acesso ao financiamento ou de alteração do quadro institucional. Contudo, este setor é particularmente vulnerável a riscos específicos, inerentes à sua atividade e que afetam negativamente a produção, especialmente os que resultam da exposição a eventos meteorológicos adversos e com crescente frequência e intensidade, bem como os associados a pragas ou doenças

de animais ou das plantas, constituindo a diversidade técnico-produtiva dos sistemas de produção agrícola um fator de redução do risco.

Os riscos que afetam o setor agrícola têm impacto nas decisões de investimento e na capacidade de manutenção das atividades, o que torna a gestão de riscos um fator determinante para a promoção de um setor inteligente, resiliente e diversificado, que garanta a viabilidade das unidades produtivas e a manutenção do rendimento dos agentes económicos do setor.

Para riscos independentes (caso do incêndio ou do granizo que afetam uma exploração ou um conjunto reduzido de explorações num determinado local), com nível de intensidade normal, as medidas de retenção do risco por parte dos produtores (como a diversificação de atividades, ou a adoção de variedades melhor adaptadas), o recurso ao mercado segurador ou o mutualismo, podem assegurar uma resposta adequada, com ou sem intervenção de financiamento público.

Tal, normalmente, não sucede para riscos sistémicos (como é o exemplo do impacto das alterações climáticas, da seca, ou de variações nos preços ou na taxa de juro) e catastróficos, justificando-se, neste caso, a adoção de medidas públicas de compensação de prejuízos.

A intervenção pública deve, por isso, ter um papel determinante na abordagem e gestão dos, garantindo um quadro institucional favorável à definição e implementação das estratégias individuais adequadas.

EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS NO PERÍODO 2014-2018

No plano nacional e no atual quadro de implementação da política agrícola comum, aprovado para o período 2014-2020, as várias medidas de gestão de riscos ou de minimização dos seus efeitos, foram implementadas através dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira e, também, por via dos Programas Operacionais das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas, do Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitícola, dos Programas de Irradicação de doenças dos animais ou por intervenções específicas de mercado. Casuisticamente, houve ainda a necessidade de adoção de auxílios de *minimis*.

Durante este período, foram operacionalizadas, com apoio de fundos europeus, as seguintes principais medidas:

- Restabelecimento do potencial produtivo;
- Apoio à contratação de Seguros de colheitas;
- Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos;
- Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos;
- Medidas excepcionais e temporárias no setor das frutas e hortícolas;
- Medidas Veterinárias.

No Quadro 6: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1765: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 192: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1766: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1767: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 193: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1768: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 194: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1769: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1770: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1771: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1772: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 195: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1773: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 196: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1774: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1775: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 197: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1776: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 198: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1777: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1778: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1779: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1780: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1781: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1782: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1783: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1784: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 199: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1785: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 200: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1786: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1787: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 201: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1788: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 202: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1789: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1790: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1791: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1792: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 203: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1793: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 204: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1794: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1795: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro 205: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

Gráfico 1796: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção
Quadro e Gráfico 37: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1829: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1830: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1831: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1832: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1833: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1834: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1835: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1836: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1837: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1838: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1839: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1840: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1841: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico 1842: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção

Gráfico , estão refletidos os valores de apoio globais atribuídos entre 2014 e 2018, distribuídos pelas principais áreas de intervenção.

Tiveram maior expressão, neste período, os apoios aos prémios de seguro de colheitas, contratados para proteção da produção agrícola vegetal, contra riscos climáticos adversos equiparados a calamidades naturais, para os quais foram canalizados 29% dos apoios pagos.

Para o setor florestal, foram dirigidos 28% dos apoios, pagos através de medidas de prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo a sinalização de infraestruturas ou medidas de restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos, ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos.

QUADRO 6: Principais medidas de gestão de risco – montante pagos entre 2014 e 2018

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		
	Despesa pública	Comunitária	Nacional
mil euros			
PDR2020	110.533	94.772	15.761
Prevenção da floresta - agentes bióticos e abióticos	37.005	32.456	4.549
Seguro de colheitas	39.483	33.623	5.860
Restabelecimento do potencial produtivo	15.240	12.822	2.418
Restabelecimento da floresta - agentes bióticos e abióticos ou catástrofes	18.806	15.872	2.934
OCM	31.183	31.183	0
Seguro Vitícola	17.436	17.436	0
Seguro OP Frutas e Hortícolas	1.750	1.750	0
Medidas excecionais e temporárias - OP	9.698	9.698	0
Intervenção pública e Armazenagem privada	2.299	2.299	0
OUTRAS AJUDAS	58.626	56.757	1.869
Medidas Veterinárias	4.757	4.757	0
Incêndios - 2017	52.000	52.000	0
Linhas de Crédito - Bonificação de Juros	1.869	0	1.869
TOTAL	200.342	182.712	17.630

Fonte: IFAP, 2019

Acrescem as medidas nacionais de apoio aos agricultores, operacionalizadas na sequência dos incêndios ocorridos no ano de 2017, que visaram a recuperação da sua atividade produtiva e dos seus meios de subsistência, para as quais foram canalizadas cerca de 26% das verbas pagas no período.

Com menor expressão, mas ainda assim relevantes pela fraca capacidade de reinstalação da exploração após eventos naturais, assinalam-se os apoios à reconstituição ou reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas por calamidades naturais, acidentes climáticos adversos ou eventos catastróficos por forma a criar condições para o seu regresso a uma atividade normal, que representam cerca de 8% do valor pago.

Gráfico 37: Principais medidas de gestão de risco – distribuição dos montantes pagos entre 2014 e 2018 por áreas de intervenção



Fonte: IFAP, 2019

Em termos globais, estima-se que as medidas destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos negativos dos riscos que afetam a atividade agrícola, se situem abaixo de 3% do valor total dos apoios pagos entre 2014 e 2018.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE SEGURO DE COLHEITAS – (2000 A 2018)

Pela relevância das medidas de seguros, decorrente do facto de consistirem numa atuação ex-ante, que permite aos agricultores transferirem parcialmente para o mercado os riscos que afetam a atividade agrícola, mediante o pagamento de um prémio de seguro, apresenta-se uma análise da implementação deste apoios no período de 2000 a 2014 ²⁰.

Neste período, houve alteração do quadro institucional legal, com um primeiro subperíodo em que o apoio foi assegurado exclusivamente por verbas do orçamento nacional e um segundo subperíodo, a vigorar em pleno a partir de 2014, em que o apoio passou a ser participado por fundos comunitários.

²⁰ Os dados apresentados para cada ano reportam-se a apólices de seguros contratadas nesse ano (campanha), independentemente do momento em que ocorreu a despesa associada (prémios, bonificações de prémios ou indemnizações).

O sistema de seguro de colheitas foi operacionalizado através de três vertentes de seguro: o seguro vitícola de colheitas, incluído no programa nacional de apoio ao setor vitivinícola e o seguro de frutas e hortícolas, inserido nos fundos operacionais das organizações de produtores de frutas e hortícolas reconhecidas, ambos financiados pelo FEAGA (organização comum dos produtos agrícolas) e o seguro agrícola de colheitas financiado pelo FEADER (desenvolvimento rural).

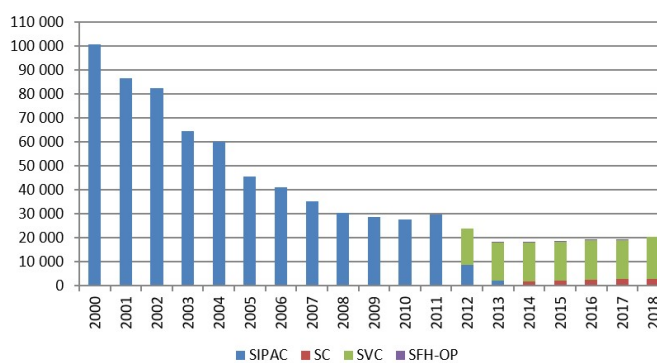
NÚMERO DE ADERENTES AO SEGURO DE COLHEITAS COM TENDÊNCIA DECRESCENTE MAS COM RECUPERAÇÃO MODERADA DESDE 2014

A adesão ao sistema de seguro de colheitas registou uma tendência decrescente e significativa, entre 2000 e 2018. Essa tendência foi acentuada até 2013 e inverteu-se após 2014, ano a partir do qual se verificou um acréscimo moderado no número de aderentes ao sistema.

No início do período, registavam-se cerca de 100.000 aderentes ao sistema e, em 2018, esse número havia diminuído, para cerca de 20.400 aderentes. A tendência decrescente registada entre 2000 e 2013, de cerca de 12% em termos médios anuais, inverteu-se de 2013 para 2014 e, desde esse ano e até 2018, verificou-se um crescimento médio do número de aderentes, de cerca de 3% ao ano. Para a inversão da tendência decrescente podem ter contribuído as alterações legislativas, que introduziram a contratação de seguro como critério de prioridade ou de majoração de apoio relativamente a outros regimes e alargaram o leque de riscos passíveis de serem cobertos pelo seguro, assim como o aumento do interesse por parte das seguradoras, decorrente do efeito de alavancagem dos recursos orçamentais nacionais, por via do financiamento com fundos europeus.

No quadro atual, relativo ao período de 2014 a 2018, e quanto à distribuição dos aderentes pelas várias vertentes de seguro, verifica-se uma clara preponderância do número de aderentes ao seguro vitícola de colheitas, que representam mais de 85% do total. Em termos de crescimento do número de aderentes, este é mais expressivo na vertente seguro agrícola

Gráfico 38: Evolução do número de agricultores aderentes



Fonte: IFAP, 2019

de colheitas, que evidencia um aumento acumulado de cerca de 47%, comparativamente com 8% no seguro vitícola. No seguro de frutas e hortícolas, integrado em fundos operacionais de organizações de produtores, o número de aderentes não registou acréscimos neste período.

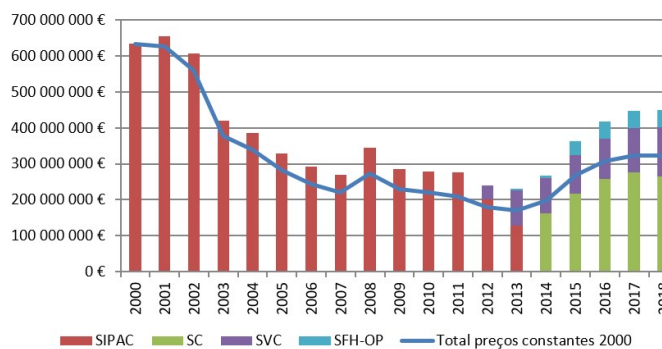
Na evolução do capital seguro, medido a preços constantes de 2000, evidencia-se alguma volatilidade no valor do capital contratado. Em termos globais, a tendência foi de decréscimo, de cerca de 4% ao ano, mas verificam-se tendências distintas no período de 2000-2018. Entre 2000 e 2013, registou-se um decréscimo médio anual de 10% e a partir deste ano, e até 2018, o capital seguro aumentou, a um ritmo médio anual de 14%.

O valor mais elevado de capital seguro, a preços correntes, verificou-se em 2001, com cerca de 655 milhões de euros, sendo o valor mais baixo registado em 2013, de cerca de 230.000 mil euros. Em 2018, o valor do capital seguro, totalizou cerca de 462.000 mil euros.

CAPITAL SEGURO COM TENDÊNCIA CRESCENTE DESDE 2013

Em termos de distribuição do capital por vertente de seguro, no período de 2014-2018, observa-se uma preponderância do capital contratado na vertente seguro agrícola de colheitas (não vinha), com cerca de 60%. O seguro vitícola de colheitas representa cerca de 30% do capital seguro e os restantes 10% são contratados no âmbito do seguro de frutas e hortícolas. A representatividade de cada um dos ramos de seguro não registou alterações neste período.

Gráfico 39: Evolução do capital seguro

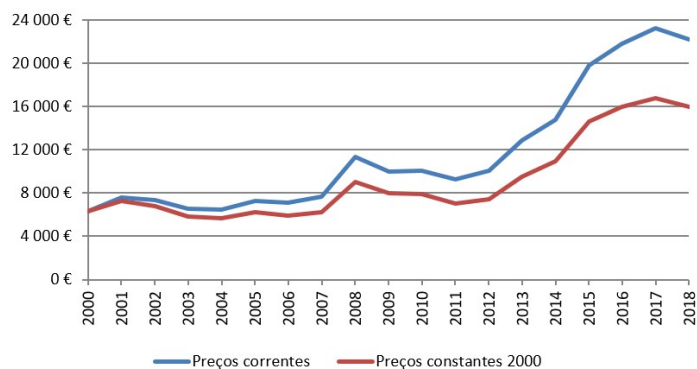


Fonte: IFAP, 2019

CAPITAL SEGURO MÉDIO POR ADERENTE COM SUBIDA ACENTUADA DESDE 2013

O valor médio de capital por aderente registou variações significativas entre 2000 e 2018 e mais do que duplicou nesse período. A preços constantes de 2000, o valor médio do capital seguro passou de cerca de 6.000 euros para cerca de 16.000 euros, em 2018. Esse crescimento foi pouco significativo até 2012 e intensificou-se a partir dessa data, sobretudo nos dois primeiros anos de

Gráfico 40: Evolução do capital seguro médio por aderente



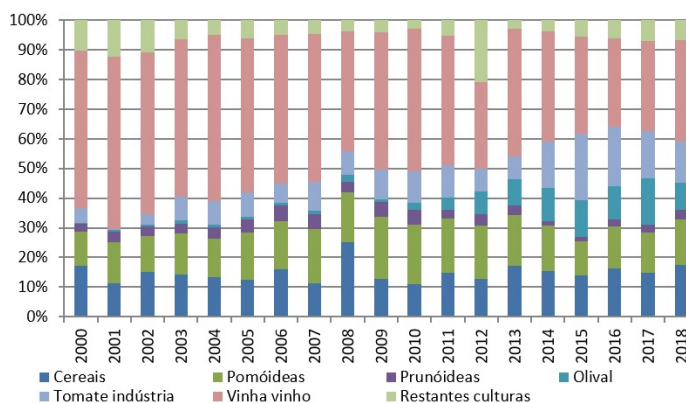
Fonte: IFAP, 2019

funcionamento do novo sistema de seguros. Entre 2014 e 2018, o aumento do capital seguro médio por aderente, a preços contantes de 2000 e em termos acumulados, foi de quase 50%.

O valor contratado por aderente é significativamente diferente por vertente de seguro. A preços correntes, no seguro agrícola de colheitas, o valor médio de capital contratado por aderente é de cerca de 100.000 euros, enquanto no seguro vitícola de colheitas, situa-se em cerca de 7.000 euros. O valor médio contratado é significativamente superior no seguro de frutas e hortícolas, integrado em fundos operacionais das organizações de produtores.

Ao nível da representatividade do capital seguro por cultura, destacam-se, em termos acumulados, entre 2000 e 2018, a vinha para vinho (46%), o grupo dos cereais (15%), as pomóideas (15%) e o tomate para indústria (11%), que, em conjunto, representam quase 90% do capital seguro.

Gráfico 41: Evolução do capital seguro por cultura



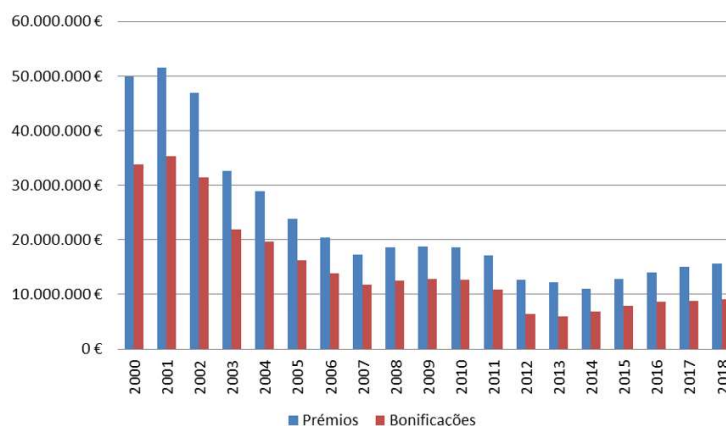
Fonte: IFAP. 2019

Mais recentemente, entre 2014 e 2018, a cultura de tomate para indústria e de azeitona para azeite reforçaram a sua expressão, representando neste período, respetivamente, 17% e 12% do capital seguro (ainda que em 2018 se tenha verificado uma diminuição do capital seguro destas culturas).

OS VALORES DOS PRÉMIOS E BONIFICAÇÕES COM SUBIDA MODERADA DESDE 2014

Acompanhando a diminuição do capital seguro, também o valor dos prémios verificou, em termos globais, uma redução no período de 2000 a 2018. As descidas mais acentuadas ocorreram até 2007 e, a partir de 2014, a tendência inverteu-se, com o valor global dos prémios a subir em paralelo com o aumento do capital seguro. A taxa do prémio de seguro, variou entre 8,7% e 4,6% no período de 2000-2018, sendo a taxa média na ordem dos 7%. Entre 2014 e 2018, registou-se uma descida da taxa comercial média, para valores consecutivamente abaixo de 5%.

Gráfico 42: Evolução do valor do prémio e das bonificações (preços contantes de 2000)

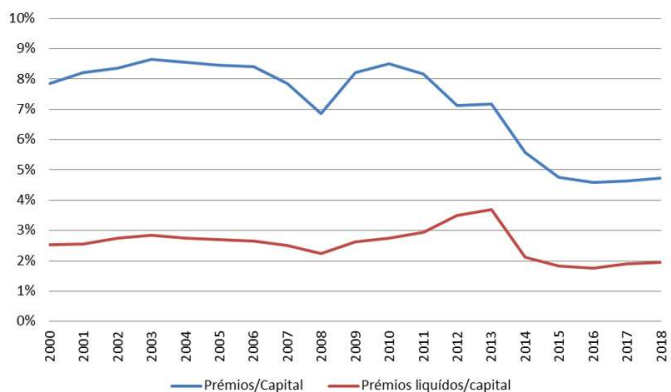


Fonte: IFAP, 2019

O valor das bonificações acompanhou, em termos absolutos, a evolução do valor dos prémios de seguros. A preços correntes, o apoio público aos prémios de seguro de colheitas atingiu a média anual de cerca de 17,8 milhões de euros entre 2000-2018, valor que se reduziu para cerca de 11,4 milhões de euros anuais, no período de 2014 a 2018 e situou-se em 12,8 milhões de euros em 2018. Neste último período, cerca de 66% do valor das bonificações dirigiu-se para apoio ao prémio de seguro agrícola de colheitas e 31% para apoio ao seguro vitícola. Em termos relativos, a bonificação foi de 68% do valor dos prémios, em 2000, desceu para 62%, em 2014 e, em 2018, situou-se em 59%. Tal decorre da redução dos níveis de bonificação legalmente fixados, verificada em 2016, de 5 pontos percentuais.

Por vertente de seguro e para o período de 2014-2018, verificou-se uma proximidade das taxas médias de prémio e de bonificação do seguro agrícola (respetivamente, 5,2% e 62%) com as do seguro vitícola (respetivamente, 5,1% e 59%), sendo as taxas médias de prémio e de bonificação inferiores no âmbito do seguro das frutas e hortícolas inserido nos programas operacionais das organizações de produtores (de cerca de 2% e 43%, respetivamente).

Gráfico 43: Evolução da taxa de prémio e da taxa de prémio líquida de bonificações



Fonte: IFAP, 2019

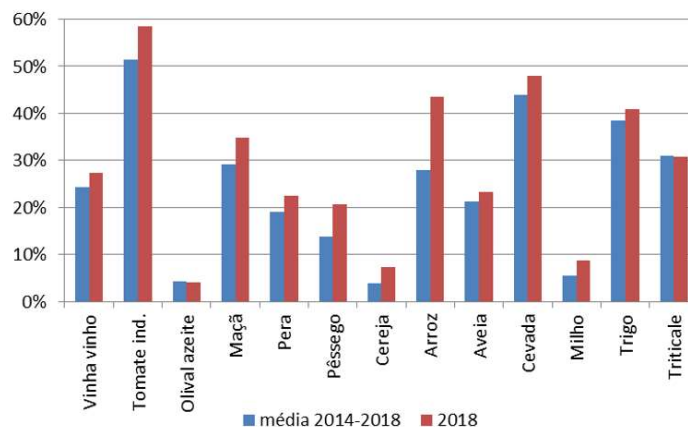
Consequentemente, verifica-se que a taxa média de prémio líquida de bonificações, é idêntica para os aderentes ao seguro agrícola e ao seguro vitícola, sendo na ordem dos 2% (esta taxa é ligeiramente inferior no seguro de frutas e hortícolas). Refere-se, contudo, que apesar da taxa média ser da mesma ordem de grandeza, existe uma grande diferenciação por cultura, com valores de prémio comercial acima de 20%, em culturas como a maçã, ou de 3,5%, no tomate para indústria e de 1,5%, no caso da azeitona para azeite.

CRESCIMENTO DA ÁREA COBERTA PELO SEGURO, RELATIVAMENTE À ÁREA PLANTADA MAIS EXPRESSIVAS ARROZ OU O MILHO E NO TOMATE PARA INDÚSTRIA

Da análise efetuada à evolução da representatividade da área segura na área plantada, para as principais culturas seguras, no período de 2014-2018, verifica-se que o grau de cobertura aumentou em praticamente todas as culturas. O grau de cobertura é significativo para algumas culturas, como é o caso do tomate para indústria, com uma área segura média, acima de 50% da área cultivada; a cevada e o trigo, apresentam uma cobertura média na ordem dos 40%, enquanto a maçã ou arroz, rondam os 30% e, no caso da vinha, pera e aveia, a área coberta pelo seguro é, em termos médios, superior a 20% da área plantada.

Em termos de tendência, regista-se um crescimento da área coberta pelo seguro, relativamente à área plantada, com efeito mais expressivo em culturas como o arroz ou o milho, mas também no tomate para indústria. Não se verificou uma diminuição da taxa de cobertura da área segura em nenhuma das principais culturas abrangidas pelo seguro.

Gráfico 44: Área segura/Área cultivada

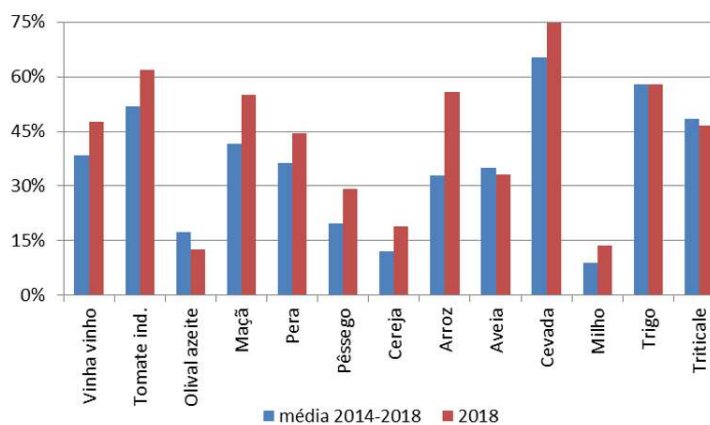


Fonte: IFAP, 2019

Em relação à expressão da produção segura na produção agrícola, medida em toneladas, constata-se que esta é, em todas as principais culturas seguras, superior ao grau de cobertura da área segura, no período de 2014-2018, com especial destaque para a diferença entre o grau de cobertura da área e da produção segura, no caso do olival para azeite (de 4% e 17%, respetivamente). Tal pode ser resultado de uma maior adesão ao seguro por parte de produtores com produtividades mais elevadas. O grau de cobertura da produção é particularmente significativo em culturas como o tomate para indústria (52%), a maçã (42%) e alguns cereais, como é o caso da cevada (65%) e do trigo (58%).

Não se identificaram tendências de diminuição do grau de cobertura da produção segura, com exceção do olival para azeite, que verificou uma diminuição, quer em quantidade, quer em valor (passou de um grau de cobertura de 19% para 13%, em volume e de 45% para 30%, em valor). Destaca-se a tendência inversa na cultura de arroz, que verificou um crescimento

Gráfico 45: Produção segura/Produção agrícola (toneladas)



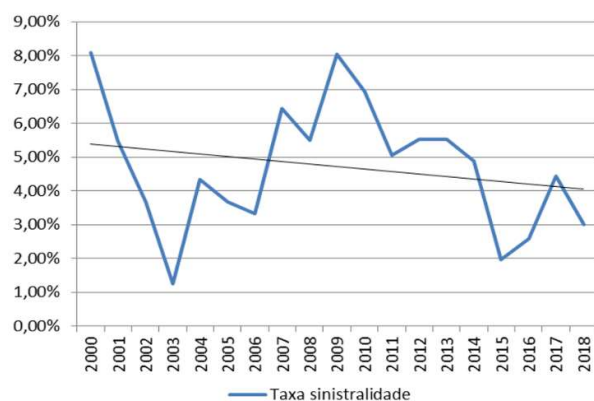
Fonte: IFAP, 2019

significativo no grau de cobertura da produção, quer em volume quer em valor (o grau de cobertura, em volume, aumentou de 5% para mais de 60% e a cobertura em valor situa-se na mesma dimensão).

A GEADA E O GRANIZO CONSTITUEM AS PRINCIPAIS CAUSAS DE SINISTRO

Da análise efetuada à ocorrência de sinistralidade, medida pela relação entre o montante de indemnizações pagas e o valor do capital seguro, regista-se uma taxa média de 4,7%, no período de 2000 a 2018. Durante este período, houve alteração das condições de atribuição da indemnização, decorrente do aumento da perda de produção a partir da qual se gera o direito a receber indemnização, que passou para 30% em 2014.

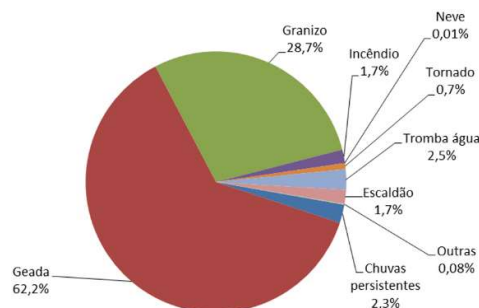
Gráfico 46: Evolução do rácio indemnizações/capital



Fonte: IFAP, 2019

Esta alteração traduziu-se, potencialmente, numa redução do valor das indemnizações pagas, quando comparadas com o capital seguro, sem que tal se traduza necessariamente numa diminuição da sinistralidade efetiva. Tal tendência é evidenciada pela redução da relação entre o valor de indemnizações e o valor capital, que passou para 3,4%, em termos médios, no período de 2014 a 2018.

Gráfico 47: Distribuição das indemnizações acumuladas por causa de sinistro

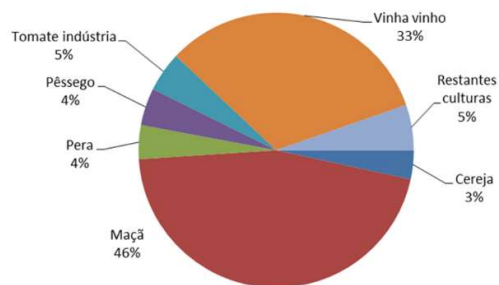


Fonte: IFAP, 2019

Em termos de tendência, observa-se uma diminuição da expressão do risco de geada e um crescimento do risco de granizo. Riscos como as chuvas persistentes (no tomate para indústria) ou escaldão (na uva para vinho), tiveram carácter pontual no período em análise, mas intensidade considerável nos anos em que ocorreram.

Ao nível da representatividade das indemnizações pagas (acumuladas) por cultura, constata-se que as mesmas se concentraram sobretudo em duas culturas: maçã (46%) e uva para vinho (33%). Em termos relativos, considerando a expressão das indemnizações no capital seguro destas culturas, verifica-se que a cultura de maçã apresenta um risco significativamente mais elevado, com as indemnizações a representarem, em termos médios, quase 20% do capital seguro no período, enquanto na vinha para vinho se situam em cerca de 3%.

Gráfico 48: Distribuição das indemnizações acumuladas por cultura



Fonte: IFAP, 2019

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS – NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, aprovou o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas e identificou linhas de ação e medidas concretas, tendo em conta o efeito das alterações climáticas previstas. Decorrente das previsões conhecidas, a atividade agrícola irá verificar um aumento considerável da exposição aos riscos de natureza climática e outros potenciais riscos decorrentes destes, como a emergência de pragas ou de doenças fitossanitárias. Os cenários desenvolvidos, apontam consistentemente para a possibilidade de:

- Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;
- Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor, com alteração na sua distribuição sazonal;
- Redução importante dos valores de precipitação, com aumento da frequência e da intensidade de períodos de seca e de escassez de água;
- Aumento da temperatura máxima e tendência crescente da temperatura média;
- Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema e aumento da variabilidade sazonal da precipitação;

A probabilidade de aumento da frequência e da intensidade de alguns fenómenos climáticos e, conseqüentemente, dos efeitos negativos sobre a produção agrícola e sobre o rendimento dos agricultores, com claro prejuízo para a economia nacional, aumenta a necessidade de se equacionarem estratégias que minimizem os efeitos adversos previstos.

O quadro institucional a desenvolver deverá privilegiar uma estratégia de intervenção global e integrada, que valorize a pro atividade na implementação de medidas de gestão de risco e que maximize a proteção do rendimento das explorações agrícolas.

Para além das medidas *ex-post*, necessárias para minimizar os efeitos de prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos, doenças ou pragas, justifica-se que os instrumentos de gestão de risco atualmente existentes e de carácter *ex-ante*, possam ter continuidade e sejam reforçados. Para que este objetivo possa ser concretizado será necessário uma reafetação dos recursos disponíveis, considerando que, no atual quadro, as fontes de financiamento afetas a estes instrumentos se têm revelado insuficientes.

Identificam-se as seguintes possíveis áreas de intervenção, a desenvolver:

- Alargamento ou extensão da cobertura dos atuais seguros de colheitas a riscos atualmente não cobertos e que previsivelmente se agravarão;
- Reforço da implementação dos seguros de colheitas para que abranja o maior número possível de explorações agrícolas;
- Operacionalização de Fundos Mutualistas, nomeadamente para situações de doenças emergentes, dos animais ou das plantas, que garantam perdas de produção ou de rendimento;
- Criação de incentivos à constituição de reservas financeiras para utilização em situação de crise;
- Apoio preferencial a investimentos em equipamentos de prevenção, como instalação de quebra-ventos, redes anti granizo, sistemas anti geada e redes de sombreamento, bem como estações meteorológicas que contribuam para a modernização e extensão da rede de avisos fitossanitários.
- Falta de resiliência pós catástrofes e da inadequabilidade dos seguros existentes para certos sectores
- Linhas de apoio desenhadas para apoiar as catástrofes são pouco operacionais e de difícil aplicação

VI. ESPECIFICIDADES NO ÂMBITO DA INOVAÇÃO

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 pretende dar uma orientação e contributo decisivo para uma futura Agricultura moderna e inovadora e para dar resposta aos grandes desafios que Portugal enfrentará nos próximos 10 anos em matéria de agricultura e alimentação, apresentando várias iniciativas emblemáticas nas quais se inclui:

- Iniciativa Adaptação às alterações climáticas, que pretende capacitar os nossos territórios, promovendo a cultura de espécies vegetais e a criação de animais com maior resiliência às alterações climáticas, assim como uma gestão mais eficiente dos recursos solo e água, permitindo a implementação de medidas aos diversos níveis, que contribuam para a salvaguarda da sustentabilidade do setor agrícola e dos recursos, para o fornecimento dos múltiplos bens e serviços do ecossistema e para a redução da vulnerabilidade às alterações climáticas.
- Iniciativa Revitalização das zonas rurais, que visa atrair e fixar pessoas nos meios rurais, sobretudo jovens, em atividades agrícolas, da indústria agroalimentar ou de prestação de serviços a todo o setor e atividades conexas.
- Iniciativa Excelência da organização da produção, que tem como objetivo contribuir para uma melhor coordenação e organização da produção, apoiando o ganho de escala, a valorização dos produtos agroalimentares nacionais e o aumento do rendimento dos produtores.

VII. LIÇÕES APRENDIDAS

INTRODUÇÃO

Este documento pretende caracterizar de uma forma sucinta cada um dos regimes de apoio no âmbito dos pagamentos diretos, aplicados em Portugal continental desde o ano 2015 e até ao ano 2019, com base nos dados dos pagamentos efetuados pelo IFAP (*ver quadros em anexo*).

A informação disponível diz respeito aos pagamentos efetuados no período 2015-2019, inclui o número de beneficiários, área, número de animais e montantes, estando disponível por região e totais para cada um dos regimes de apoio direto no âmbito da PAC, nomeadamente:

- Regime de pagamento base (RPB);

- Regime da pequena agricultura (RPA);
- Pagamento para os jovens agricultores (PJ);
- Pagamento redistributivo;
- Pagamento *greening*;
- Apoio Associado Voluntário
 - . Pagamento específico por superfície ao arroz
 - . Pagamento específico por superfície ao tomate para transformação
 - . Prémio por vaca em aleitamento
 - . Prémio por ovelha e cabra
 - . Prémio por vaca leiteira.

PAGAMENTOS DIRETOS EM PORTUGAL – RPB, RPA, PAGAMENTO JOVEM, PAGAMENTO REDISTRIBUTIVO E PAGAMENTO *GREENING*, POR REGIÃO, NOS ANOS 2015 A 2019

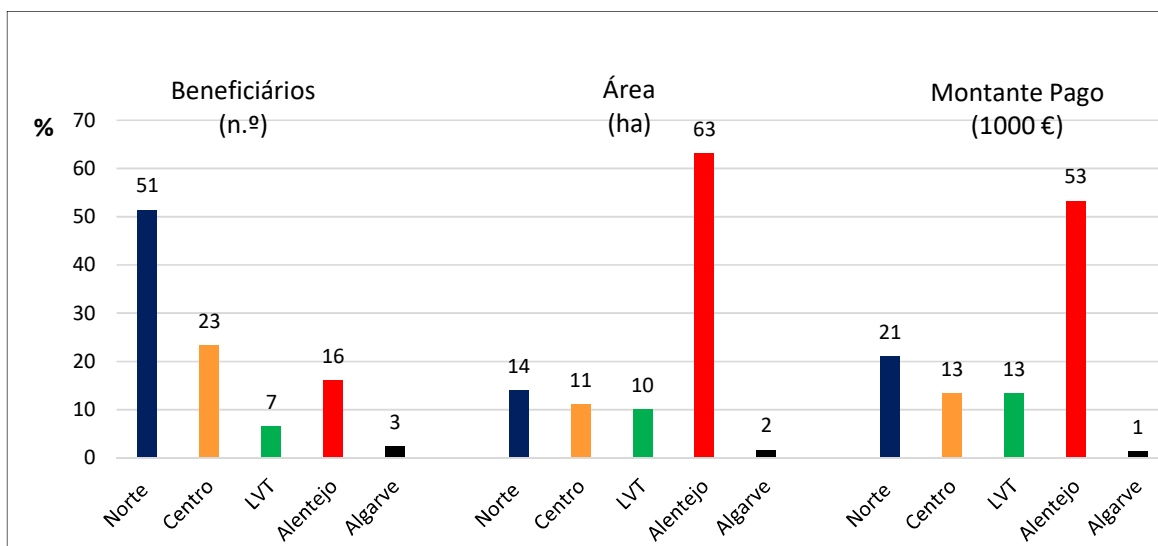
Em média, desde o ano de 2015 e até 2019 para o conjunto destes pagamentos diretos – RPB, RPA, Pagamento Jovem, Pagamento Redistributivo e Pagamento *Greening*, em Portugal constata-se o seguinte:

- Região do Alentejo - concentra 63 % da superfície total e 53 % do montante total pago;
- Região Norte - tem 51 % do número de total de beneficiários;
- Alentejo - 16 % do número de beneficiários, detém 63 % da área paga, recebe 53 % do total dos pagamentos diretos e com valor médio de 843 Euros/ha;
- Norte - 51 % do número de beneficiários, detém 14 % da área paga, recebe 21 % do total dos pagamentos diretos e com valor médio de 1507 Euros/ha.

As duas regiões Alentejo e Norte são as que têm maior expressão nacional a nível dos pagamentos diretos em Portugal:

- Beneficiários (n.º) – 67%
- Área (ha) – 77 %
- Montante pago – 74%.

Gráfico 49: Pagamentos Diretos - Beneficiários, área e montante pago por NUTS II

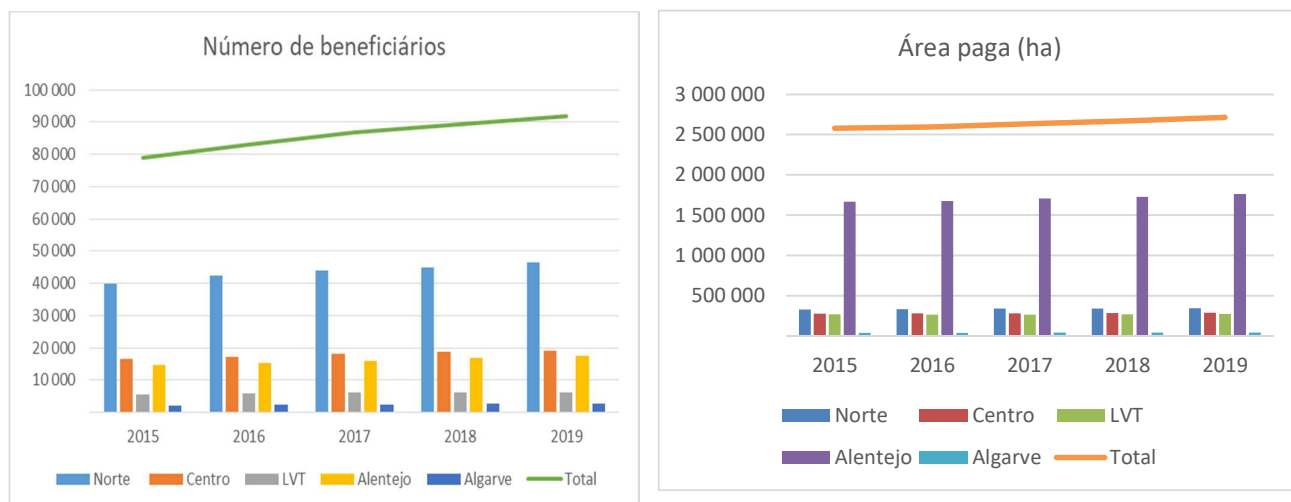


Fonte: IFAP

REGIME DE PAGAMENTO BASE (RPB)

Desde o ano de implementação do RPB em 2015 e até 2019, tem-se verificado uma dinâmica positiva de crescimento, quer do número total de beneficiários, quer do número total de hectares elegíveis pagos, o que também se reflete nos montantes totais pagos do RPB.

Gráfico 50: RPB – Beneficiários e área paga por NUTS II



Fonte: IFAP

Este aumento anual deve-se em grande medida aos agricultores que vão saindo do regime da pequena agricultura e se vão candidatando ao RPB, bem como, aos agricultores que têm acesso ao regime por via da atribuição de direitos ao pagamento da reserva nacional.

Da análise dos gráficos anteriores observa-se que cerca de metade do número total de beneficiários está na região Norte (em média 51%), seguindo-se a região Centro (21 %) e o Alentejo (19%).

Contudo, ao nível da área total paga, a situação inverte-se, passando a ser a região do Alentejo aquela cuja área que beneficia do pagamento no âmbito do RPB representa 65% da área total paga no âmbito deste regime, seguindo-se a região Norte (13%), a região Centro (11%), Lisboa e Vale do Tejo (10%) e finalmente o Algarve (2%).

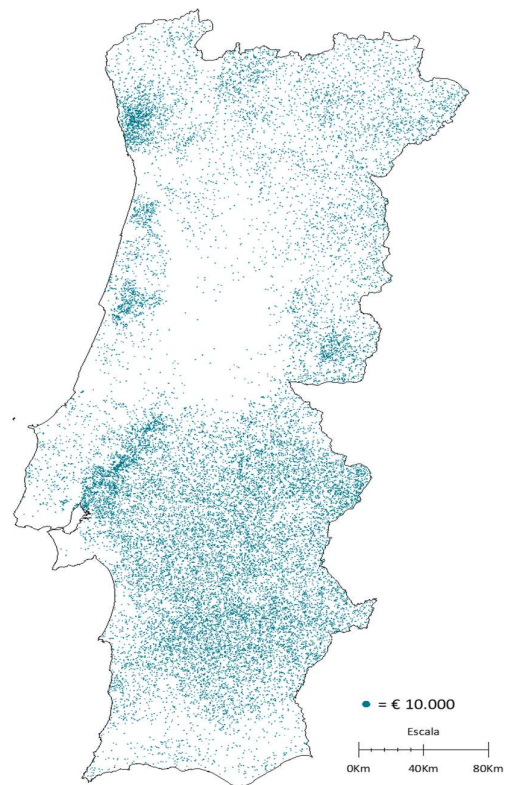
Em termos de montantes totais pagos, estes concentram-se nas regiões com maior área paga, principalmente na região do Alentejo, com 52% do montante total pago de RPB (média de 2015 -19).

As outras regiões por ordem decrescente de montantes totais pagos, são a região Norte (19%), a região de Lisboa e Vale do Tejo (15%), a região Centro (13%) e o Algarve, cuja representação ao nível dos montantes totais pagos é de 1%.

Da análise do mapa anterior, verifica-se que a região do Alentejo é a que tem maior área paga e concentra cerca de 52% dos montantes totais pagos de RPB, contudo ao nível do valor unitário de RPB pago por hectare, é a região que regista o valor mais baixo do continente, com cerca de 75 €/hectare (média de 2015-2019).

As regiões do Norte e Lisboa e Vale do Tejo, são as que têm os valores unitários de RPB mais elevados, ambas com 141 € / hectare (média de 2015-19), seguindo-se a região Centro (112 € /hectare), a região do Algarve (86 €/hectare) e por fim a região do Alentejo (75 €/hectare).

**FIGURA 6: MONTANTES PAGOS DO RPB
PU DE 2018**



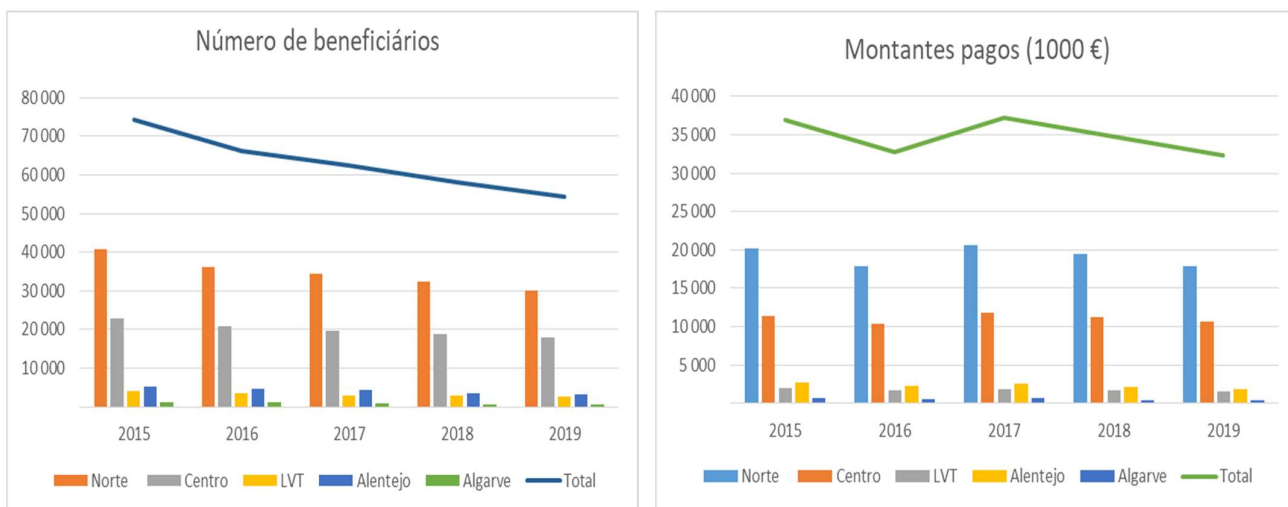
Fonte: IFAP

REGIME DA PEQUENA AGRICULTURA (RPA)

A participação no RPA é facultativa, pelo que os beneficiários podem sair do regime e candidatar-se ao RPB, o que justifica o contínuo aumento dos beneficiários do RPB, como já referido anteriormente. Neste sentido, desde o ano de 2015 tem-se verificado uma tendência decrescente do número de beneficiários do RPA, associada ao fato destes poderem sair do regime em qualquer ano e de não poderem voltar a participar no mesmo, tendo-se registado até 2019 um decréscimo de 28 % no número total de beneficiários que inicialmente foram incluídos no RPA.

O RPA tem uma expressão muito significativa nas regiões do Norte e Centro, com um peso de 55% e 32% (média 2015-19), respetivamente, face ao número total de beneficiários.

Gráfico 51: RPA – Beneficiários e montantes pagos por NUTS II



Fonte: IFAP

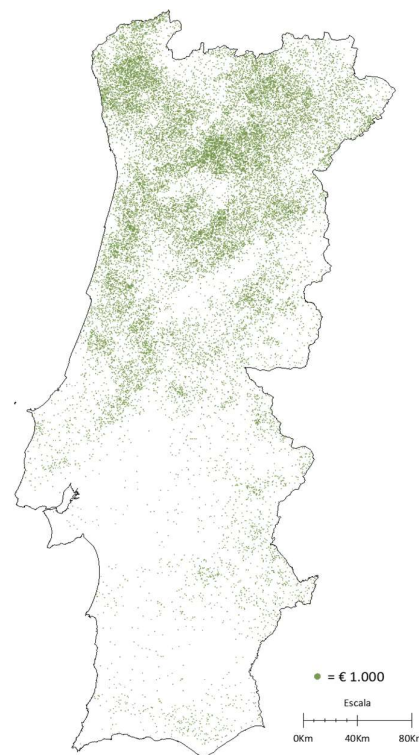
Relativamente aos montantes totais pagos observam-se oscilações ao longo dos anos, sendo a redução de 2015 para 2016 consequência da redução do número de beneficiários que optaram pela saída do regime.

De 2016 para 2017, apesar do número de beneficiários ter continuado a diminuir, houve um aumento do valor unitário por hectare do RPA, que anteriormente estava fixado em 500 €/ha e a partir do PU de 2017 passou para 600 €/ha, conduzindo a um aumento no montante total pago nesse ano.

De 2017 até 2019 manteve-se uma tendência decrescente do montante total pago, como consequência da saída voluntária e contínua dos beneficiários do regime.

Em termos de montantes totais pagos, há uma concentração na região do Norte, que representa cerca de 55% do montante total pago (média 2015-19), seguindo-se a região do Centro (32%), Alentejo (7%), Lisboa e Vale do Tejo (5%) e em último o Algarve (1%).

**FIGURA 7: MONTANTES PAGOS DO RPA
PU DE 2018**



Fonte: IFAP

PAGAMENTO PARA OS JOVENS AGRICULTORES

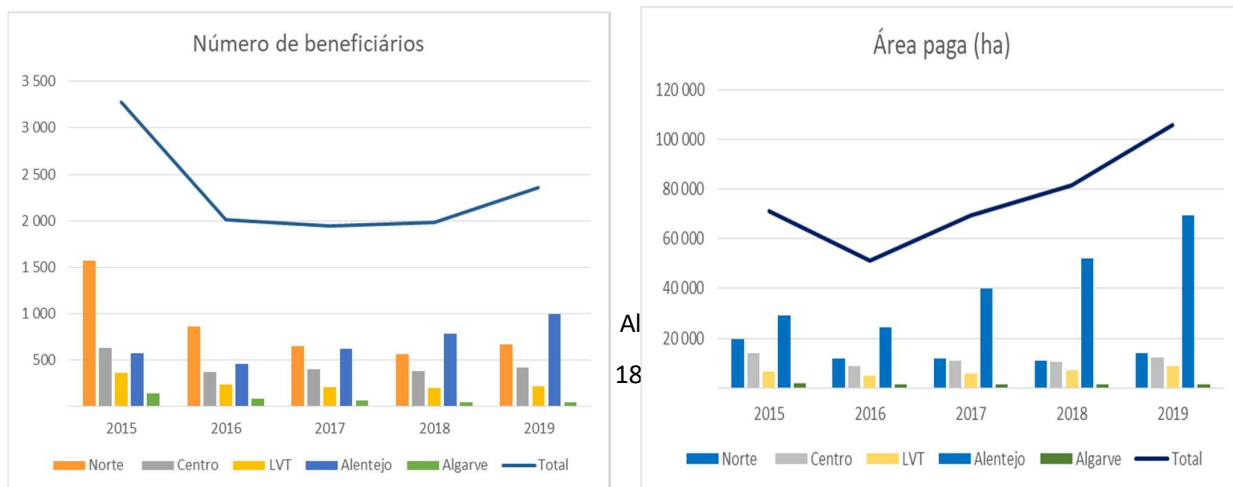
O pagamento para os jovens agricultores tem registado, desde o ano de 2016, uma tendência estável do número total de beneficiários, no entanto ao nível regional têm-se verificado oscilações significativas no número de beneficiários, nomeadamente um decréscimo anual na região Norte e simultaneamente um acréscimo na região do Alentejo.

Entre os anos de 2015 e 2016, registou-se uma redução significativa na evolução do número total de beneficiários, bem como da área total paga, a qual ficou a dever-se em grande medida à alteração das condições de elegibilidade do jovem agricultor, nomeadamente ao nível da exigência de demonstração de competência ou formação adquirida.

Ao nível da área paga, a região do Alentejo registou uma tendência crescente muito significativa, com 41% do total da área paga a nível nacional no ano de 2016, passando para 70 % no ano de 2019.

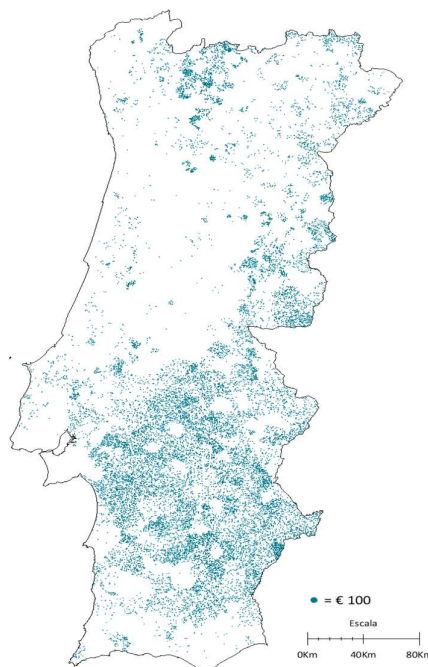
Nas restantes regiões registou-se desde 2015 um decréscimo da área paga, com uma redução mais acentuada na região Norte, que passou de 27 % em 2015 para 9 % em 2019.

Gráfico 52: PJA – Beneficiários e área paga por NUTS II



Fonte: IFAP

FIGURA 8: MONTANTES PAGOS DOS PAGAMENTOS PARA OS JOVENS AGRICULTORES - PU DE 2018

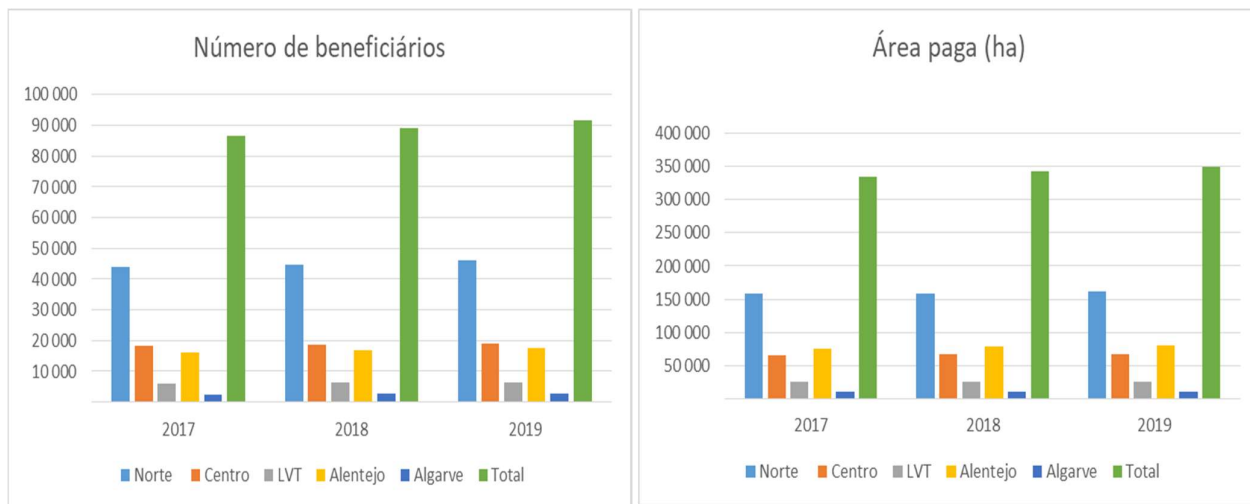


Fonte: IFAP

PAGAMENTO REDISTRUTIVO

Este pagamento teve aplicação em Portugal a partir do PU de 2017, sendo concedido até aos primeiros 5 hectares elegíveis, ativados com direitos ao RPB. A nível nacional tem uma expressão muito significativa na região Norte face às restantes regiões do continente, quer em termos do

Gráfico 53: PR – Beneficiários e área paga por NUTS II



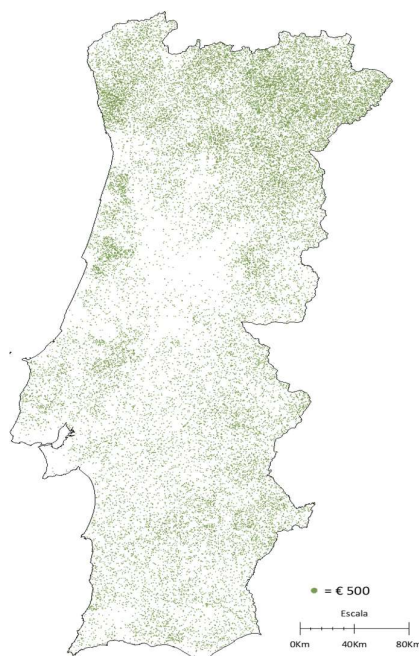
Fonte: IFAP

número de beneficiários (representando em média 50% do número total), quer em termos de área paga (com 47 % do total de hectares pagos).

Como já referido, este pagamento é concedido até um número máximo de 5 direitos por agricultor e o montante anual pago é apurado através da multiplicação do valor unitário indicativo de 50 € pelo número de direitos ativados.

O apoio está concentrado principalmente na região Norte, sendo que ao nível dos montantes totais pagos, esta região tem um peso médio sobre o total dos montantes pagos de 47%, justificado pelo elevado número de explorações de pequena dimensão.

FIGURA 9: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO REDISTRUTIVO - PU DE 2018



Fonte: IFAP

As outras regiões por ordem decrescente de montantes totais pagos, são as regiões do Alentejo (23%), o Centro (20%), Lisboa e Vale do Tejo (8%) e o Algarve (3%).

PAGAMENTO GREENING

Tal como no RPB, no pagamento greening tem-se verificado desde o ano 2015 até 2019, uma dinâmica positiva de crescimento, quer ao nível do número de beneficiários, quer ao nível dos hectares elegíveis pagos.

Da análise dos gráficos observa-se que cerca de metade dos beneficiários são da região Norte (em média 51 %, face ao total do número de beneficiários), seguindo-se a região Centro (21 %) e o Alentejo (19%).

Ao nível das áreas pagas e à semelhança do que acontece no RPB, a situação inverte-se, em média 65 % do total da área paga no âmbito do pagamento greening, corresponde à região do Alentejo, seguida da região Norte (13%), Centro (11%) e Lisboa e Vale do Tejo (10%).

Em termos de montantes totais pagos, estes concentram-se nas regiões com maior área paga, principalmente na região do Alentejo, com 51% do montante total pago de RPB.

As outras regiões, por ordem decrescente de montantes totais pagos, são a região Norte (19%), a região de Lisboa e Vale do Tejo (15%), a região Centro (13%) e o Algarve, cuja representação ao nível dos montantes totais pagos é de 1%.

Gráfico 54: Greening – Beneficiários e área paga por NUTS II

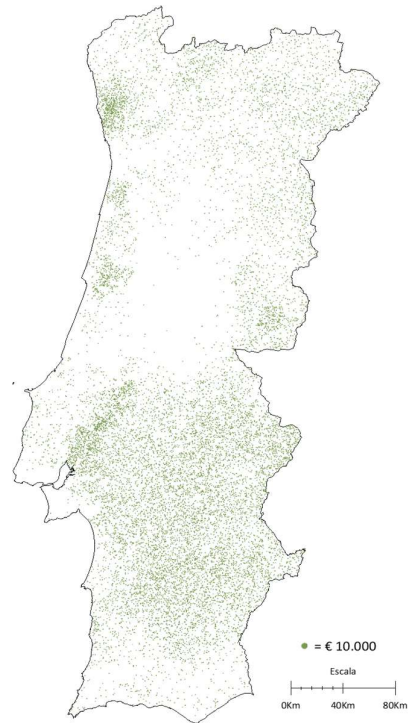


Fonte: IFAP

Apesar da região do Alentejo ser a que concentra cerca de 51% dos montantes totais pagos de RPB, é a que regista o valor unitário pago por hectare do pagamento greening mais baixo do continente, com cerca de 49 €/hectare (média de 2015 - 19).

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e a região Norte são as que têm os valores unitários mais elevados, 93 €/hectare e 92 €/hectare, respetivamente (média de 2015 - 19), seguindo-se a região Centro (73 €/hectare) e, em último, a região do Algarve (57 €/hectare).

FIGURA 10: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO GREENING - PU DE 2018



Fonte: IFAP

PAGAMENTO ESPECÍFICO POR SUPERFÍCIE AO ARROZ

O pagamento específico por superfície ao arroz, foi estabelecido com o objetivo de assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção e evitar situações disruptivas no setor que conduzam ao abandono da atividade.

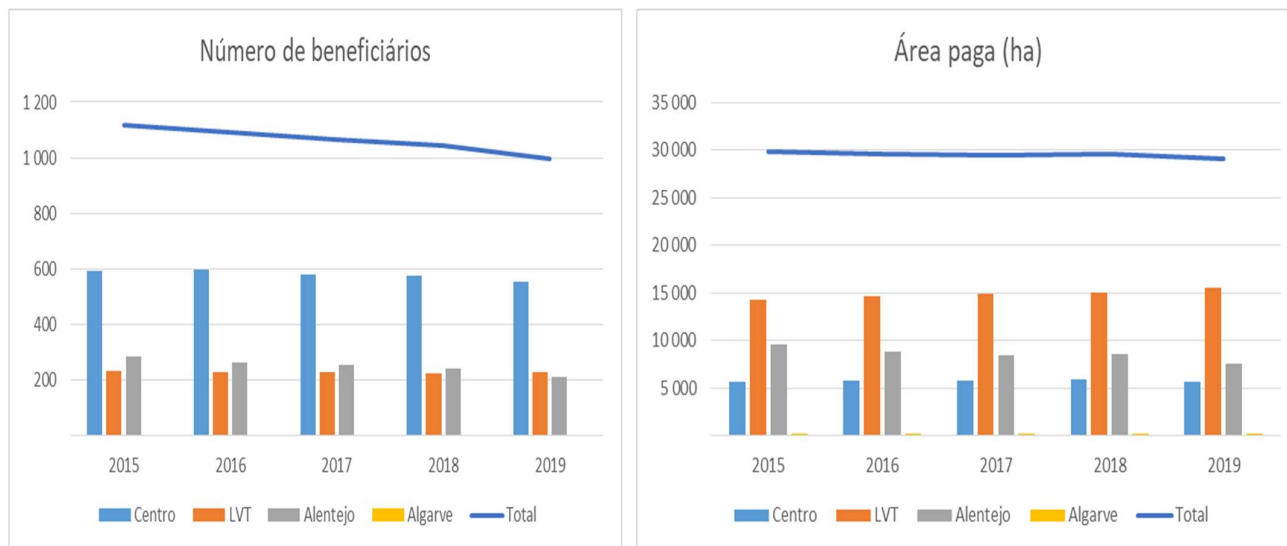
Em termos médios, este pagamento apoia cerca de 1064 agricultores correspondente a uma superfície total de 30.000 hectares, distribuídos principalmente por três regiões:

- Centro – 55% do número total de beneficiários e 20 % da área total paga;
- Alentejo – 24 % do número total de beneficiários e de 29 % da área total paga;
- Lisboa e Vale do Tejo – 22 % do número total de beneficiários e 50 % da área total paga.

A região do Algarve tem apenas 2 agricultores que beneficiam deste pagamento, o que representa em termos de área, 1 % da área total paga.

Apesar da maior parte dos beneficiários estarem concentrados na região Centro, no que se refere à área paga, a região de Lisboa e Vale do Tejo representa em média 50 % do total da área apoiada, o que significa que nesta região são apoiadas as explorações de arroz de maior dimensão física (mais área apoiada e menor número de beneficiários), ao contrário da região Centro em que o apoio é dirigido para pequenas explorações (menor área apoiada e maior número de beneficiários).

Gráfico 55: Pagamento arroz – Beneficiários e área paga por NUTS II



Fonte: IFAP

Da análise em termos do número de hectares pagos pelo número de beneficiários verifica-se que nas três regiões, em Lisboa e Vale do Tejo são pagos em média 65 hectares/beneficiário, seguindo-se o Alentejo (34 ha/beneficiário) e a região Centro (10 ha/beneficiário).

QUADRO 7: N.º de hectares pagos / n.º de beneficiários pagos – pagamento arroz

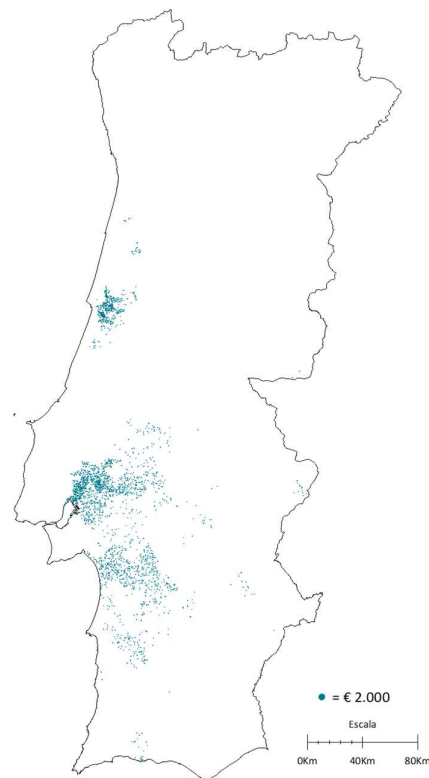
	N.º hectares pagos / N.º beneficiários pagos					Média
	2015	2016	2017	2018	2019	
Centro	10	10	10	10	10	10
LVT	61	64	65	67	69	65
Alentejo	34	33	34	35	36	34
Algarve	71	105	105	103	61	89

Fonte: IFAP

Em termos de montantes totais pagos, estes concentram-se na região do Alentejo que corresponde à que tem a maior área paga, isto é, cerca de 50% do montante total pago, é atribuído aos beneficiários da região do Alentejo.

As outras regiões por ordem decrescente de montantes totais pagos, são o Alentejo (29%), a região Centro (20%) e o Algarve (1%)

FIGURA 11: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO LIGADO PARA O ARROZ - PU DE 2018



Fonte: IFAP

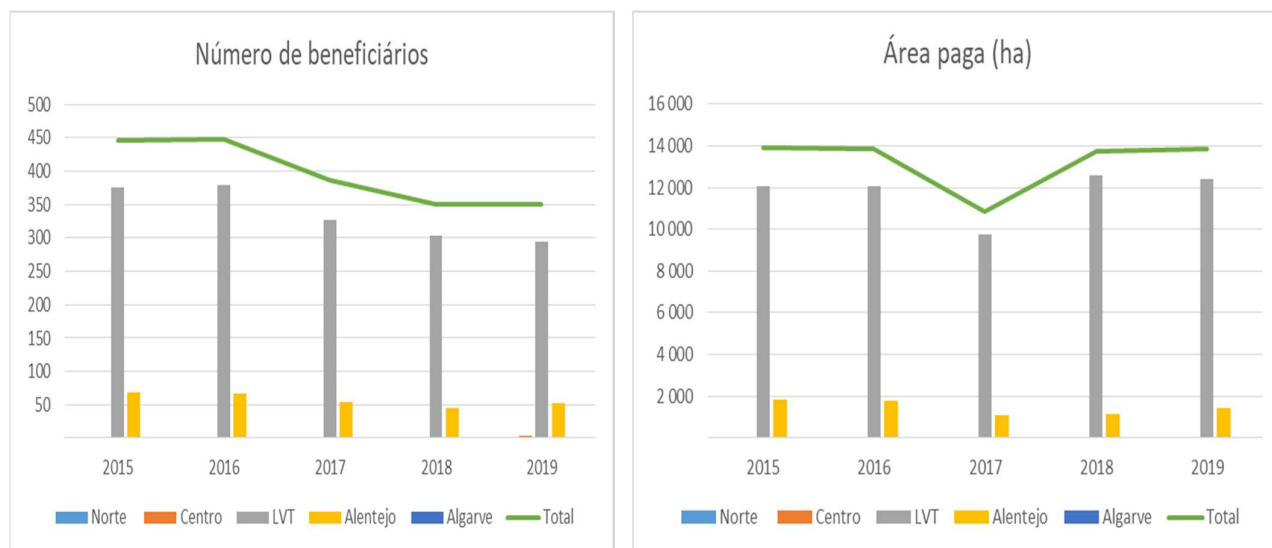
PAGAMENTO ESPECÍFICO POR SUPERFÍCIE AO TOMATE PARA TRANSFORMAÇÃO

Em termos médios, o apoio ligado ao tomate para transformação abrange um total de 396 beneficiários e uma área total apoiada de 12 834 hectares, distribuídos principalmente por duas regiões:

- Lisboa e Vale do Tejo - 85% do número total de beneficiários e 89 % da área total paga;
- Alentejo - 15% do número total de beneficiários e de 11% da área total paga.

Nas restantes regiões - Centro, Algarve e Norte, este pagamento não tem expressão, na região Norte nem sequer existem beneficiários.

Gráfico 56: Pagamento tomate transformação – Beneficiários e área paga por NUTS II

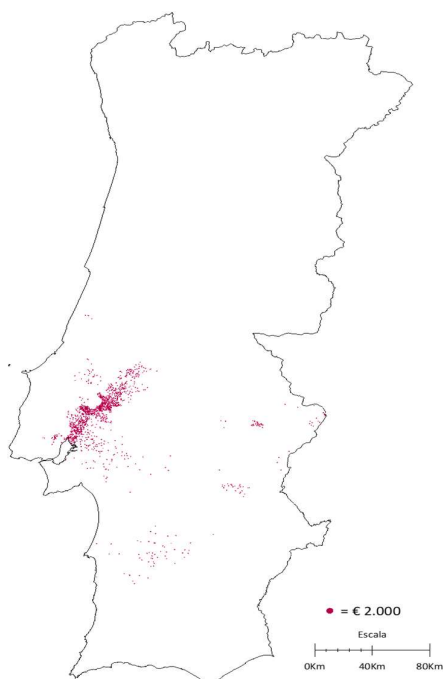


Fonte: IFAP

Relativamente aos montantes totais pagos, 89% concentram-se como já referido na região de Lisboa e Vale do Tejo e os restantes 11% na região do Alentejo.

Em termos médios o montante unitário pago por hectare é de 232 €.

FIGURA 12: MONTANTES PAGOS DO PAGAMENTO ESPECÍFICO POR SUPERFÍCIE AO TOMATE PARA TRANSFORMAÇÃO - PU DE 2018



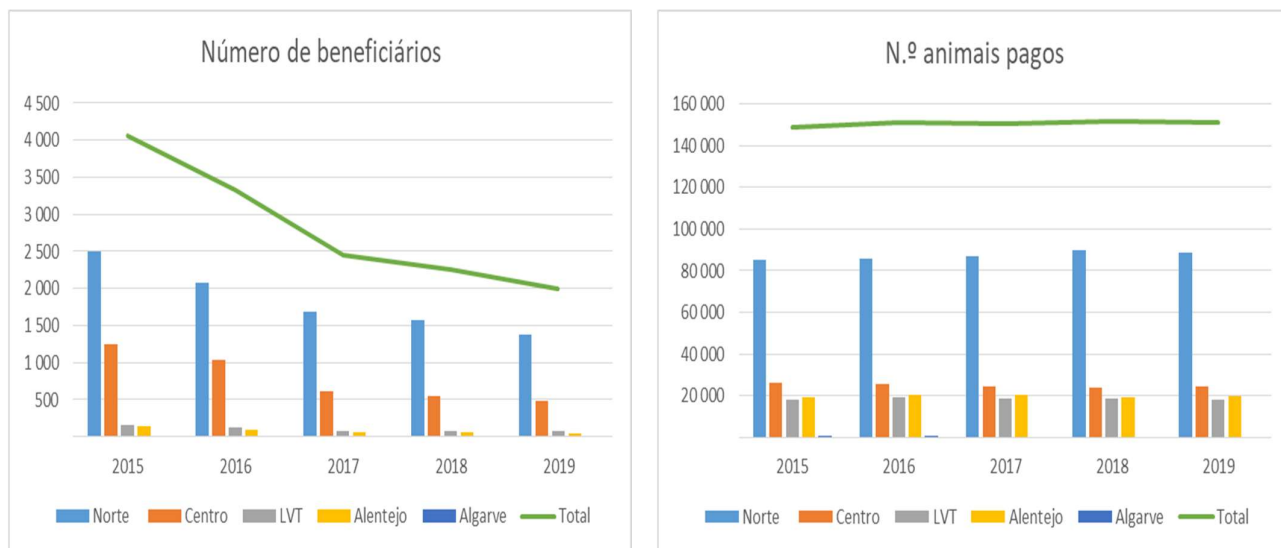
Fonte: IFAP

PRÉMIO POR VACA LEITEIRA

Desde o ano 2015 que o número de beneficiários ao prémio por vaca leiteira tem vindo a decrescer de forma significativa, tendo passado de 4061 beneficiários em 2015 para 1987 beneficiários em 2019, contudo, no que se refere ao número médio de animais que beneficiam anualmente do pagamento ligado, este tem-se mantido nos últimos anos nos 150.568 animais.

É na região Norte que este apoio tem maior expressão, tanto no número de beneficiários que representam em média 66% do total anual, como a nível de animais pagos (58%), seguindo-se a região Centro (27 % dos beneficiários e 17% do número de animais pagos), Lisboa e Vale do Tejo (4 % dos beneficiários e 12% do número de animais pagos) e, por fim, a região do Alentejo (3 % dos beneficiários e 13% do número de animais pagos).

Gráfico 57: Prémio por vaca leiteira – Beneficiários e nº de animais pagos por NUTS II

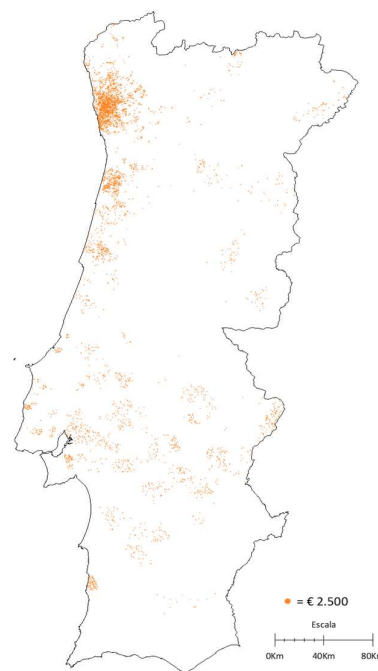


Fonte: IFAP

A distribuição geográfica dos montantes totais pagos evidencia que é na região Norte onde se concentra este pagamento, com 58% do montante total pago nesta região, seguindo-se o Centro (17%), o Alentejo (13 %) e Lisboa e Vale do Tejo (12 %).

Em termos médios o montante total pago por animal é de 88 Euros.

FIGURA 13: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR VACA LEITEIRA - PU DE 2018

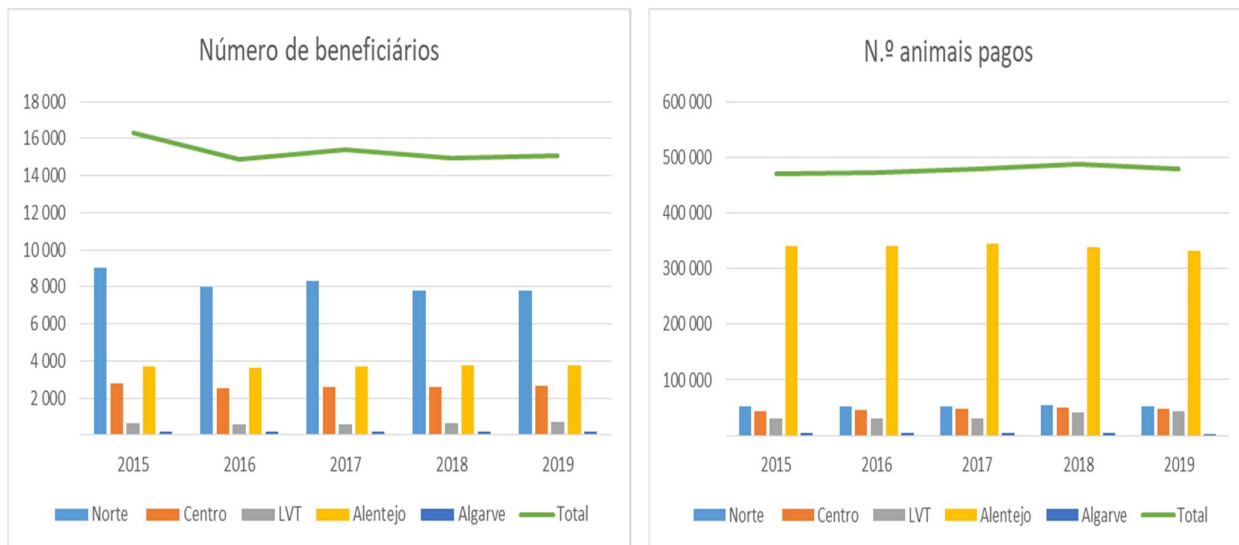


Fonte: IFAP

PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO

O prémio por vaca em aleitamento não registou no período de 2015-2019 grandes oscilações, quer ao nível dos beneficiários, quer do número de animais pagos.

Gráfico 58: Prémio por vaca em aleitamento – Beneficiários e nº de animais pagos por NUTS II



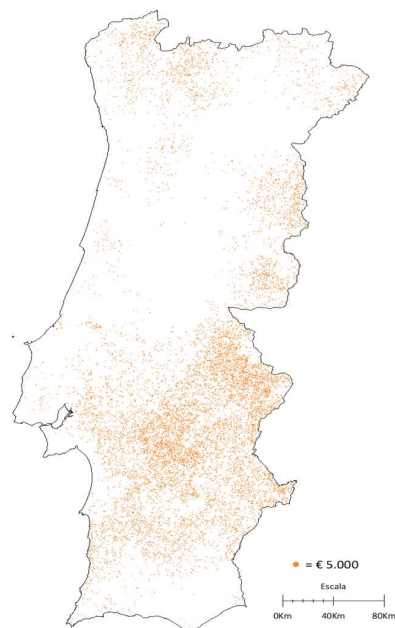
Fonte: IFAP

Embora na região Norte se concentrem mais de metade dos beneficiários deste pagamento (cerca de 53% do total de beneficiários), seguida do Alentejo (24%), região Centro (17%) e Lisboa e Vale do Tejo (4%), ao nível do número de animais apoiados, 71% são da região do Alentejo, região Norte (11%), região Centro (10%) e Lisboa e Vale do Tejo (7%).

Em termos de montantes totais pagos, estes concentram-se nas regiões com maior número de animais pagos, principalmente na região do Alentejo, com 71% do montante total pago.

Em termos médios o montante total pago por animal é de 117 Euros.

FIGURA 14: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO - PU DE 2018

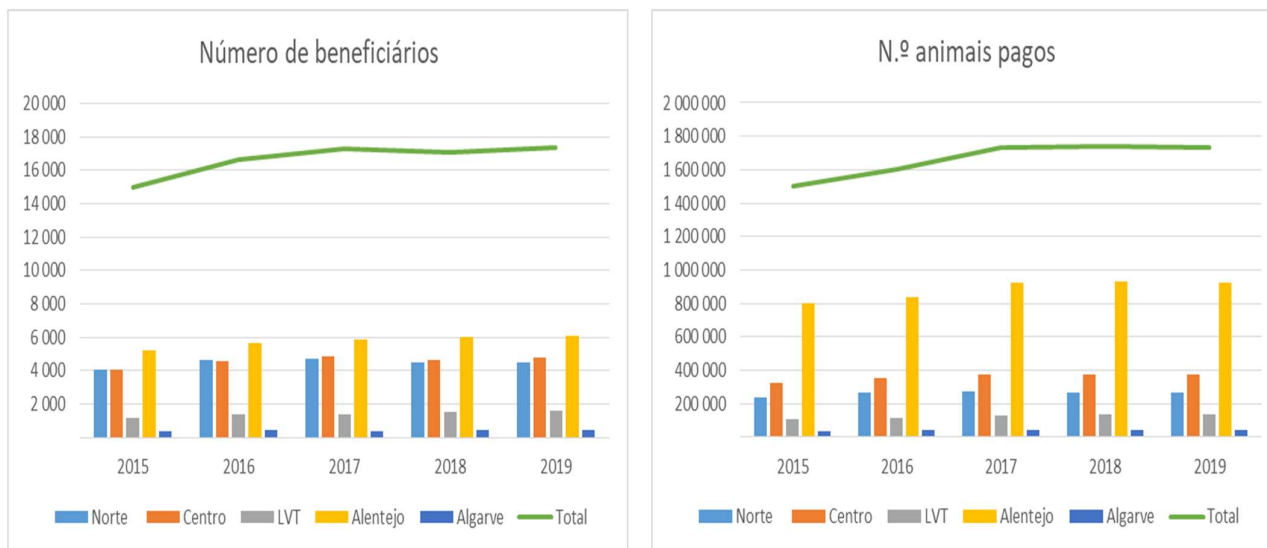


Fonte: IFAP

PRÉMIO POR OVELHA E CABRA

Da análise dos gráficos seguintes, constata-se que tanto o número total de beneficiários, como o número de animais pagos, tem vindo a aumentar ligeiramente desde o ano 2015 até 2019, tendo o número de beneficiários aumentado de 14.953 em 2015 para 17 141 em 2019, e o número de animais apoiados de 1.500.482 em 2015 para 1.713.548 em 2019.

Gráfico 59: Prémio por ovelha e cabra – Beneficiários e nº de animais pagos por NUTS II



Fonte: IFAP

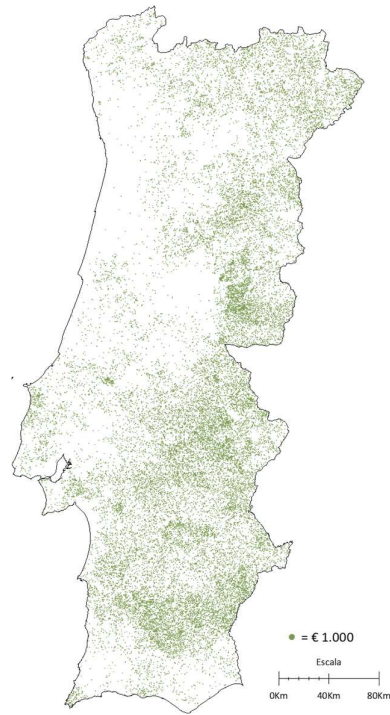
Ao nível dos beneficiários deste pagamento, há uma distribuição por três regiões, encontrando-se no Alentejo cerca de 35% do total dos beneficiários e em cada uma das regiões, Norte e Centro existem 27% dos beneficiários, seguindo-se a região de Lisboa e Vale do Tejo com 9% e Algarve com 2 %.

Relativamente ao número de animais pagos, só a região do Alentejo tem mais de metade do número total de animais apoiados com 53 % dos animais pagos face ao total, seguindo-se a região Centro com 22%, a região Norte com 16%, a região de Lisboa e Vale do Tejo com 7 % e a região do Algarve com 2 %.

A distribuição geográfica dos montantes totais pagos evidencia que é na região do Alentejo onde se concentra este pagamento, com 53 % do montante total pago nesta região, seguindo-se o Centro (21%), o Norte (16%) e Lisboa e Vale do Tejo (7%).

Em termos médios o montante total pago por animal é de 19 Euros.

**FIGURA 15: MONTANTES PAGOS DO PRÉMIO POR OVELHA
E CABRA - PU DE 2018**



Fonte: IFAP

VIII. ANEXO – REGIMES DE APOIO NO ÂMBITO DOS PAGAMENTOS DIRETOS, POR REGIÃO E TOTAL, NOS ANOS 2015 A 2019

QUADRO 8: Número de beneficiários, áreas e montantes pagos, por região e por regime de apoio direto

	RPB					RPA					PAGAMENTO JOVEM					PAGAMENTO REDISTRIBUTIVO					PAGAMENTO GREENING				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
N.º Beneficiários																									
Norte	39 912	42 365	43 952	44 777	46 407	40 718	36 012	34 424	32 386	29 971	1 570	856	647	562	670	---	---	43 837	44 573	46 306	39 971	42 351	43 845	44 776	46 330
Centro	16 593	17 271	18 266	18 715	19 016	22 906	20 955	19 778	18 839	17 834	629	372	400	384	420	---	---	18 212	18 616	18 998	16 631	17 266	18 216	18 623	19 023
LVT	5 642	5 774	6 149	6 265	6 290	3 943	3 367	2 936	2 776	2 669	363	236	209	201	223	---	---	6 138	6 246	6 282	5 648	5 756	6 132	6 236	6 270
Alentejo	14 758	15 250	16 039	16 973	17 446	5 351	4 645	4 207	3 410	3 146	575	457	619	782	997	---	---	16 008	16 927	17 429	14 754	15 242	16 009	16 924	17 431
Algarve	2 149	2 213	2 326	2 618	2 626	1 296	1 109	1 021	690	626	138	87	65	50	43	---	---	2 326	2 614	2 620	2 170	2 214	2 324	2 618	2 622
Total	79 054	82 873	86 732	89 348	91 785	74 214	66 088	62 366	58 101	54 246	3 275	2 008	1 940	1 979	2 353	---	---	86 521	88 976	91 635	79 174	82 829	86 526	89 177	91 676
Área (ha)																									
Norte	326 263	331 243	339 174	340 418	346 578	---	---	---	---	---	19 594	11 938	11 983	10 923	13 831	---	---	157 741	158 780	162 198	323 899	330 428	337 450	340 338	345 253
Centro	276 689	278 260	282 246	286 416	289 732	---	---	---	---	---	13 907	8 889	10 716	10 337	12 255	---	---	65 913	66 936	67 953	273 870	277 560	281 056	285 624	287 995
LVT	268 533	265 580	265 935	267 665	272 935	---	---	---	---	---	6 770	4 754	5 584	7 090	8 675	---	---	25 860	26 244	26 335	267 486	264 567	266 303	266 411	1 761 690
Alentejo	1 668 973	1 676 768	1 706 690	1 730 052	1 761 853	---	---	---	---	---	29 277	24 378	39 889	51 999	69 639	---	---	75 133	78 564	80 765	1 664 621	1 675 702	1 705 508	1 726 727	272 049
Algarve	40 934	41 644	43 429	43 931	44 046	---	---	---	---	---	1 846	1 477	1 491	1 330	1 523	---	---	10 406	11 535	11 522	41 260	41 570	43 437	44 078	44 067
Total	2 581 391	2 593 495	2 637 473	2 668 481	2 715 142	---	---	---	---	---	71 394	51 436	69 663	81 678	105 922	---	---	335 053	342 059	348 773	2 571 136	2 589 828	2 633 753	2 663 178	2 711 053
Montantes (1000 €)																									
Norte	51 413	51 052	46 503	45 479	45 429	20 241	17 888	20 588	19 390	17 843	514	313	317	288	364	---	---	7 862	7 916	8 202	32 354	32 102	31 587	30 935	30 086
Centro	32 557	33 207	30 789	31 237	31 621	11 387	10 406	11 821	11 280	10 617	364	233	283	272	323	---	---	3 281	3 332	3 431	20 516	20 888	20 994	21 198	20 936
LVT	40 826	40 512	36 745	36 467	36 313	1 960	1 672	1 757	1 663	1 588	178	125	147	188	228	---	---	1 285	1 304	1 328	26 039	25 542	25 123	24 746	24 118
Alentejo	121 834	129 098	124 933	131 348	138 979	2 659	2 307	2 515	2 042	1 873	765	639	1 053	1 373	1 834	---	---	3 726	3 897	4 062	77 636	81 644	85 670	89 367	92 755
Algarve	3 537	3 754	3 679	3 778	3 852	644	551	609	413	372	49	39	40	35	40	---	---	518	575	582	2 283	2 366	2 522	2 581	2 568
Total	250 167	257 623	242 649	248 309	256 195	36 891	32 824	37 290	34 787	32 293	1 870	1 349	1 840	2 156	2 789	---	---	16 672	17 023	17 606	158 827	162 543	165 896	168 827	170 462

Fonte: IFAP (Montantes pagos por ajuda)

QUADRO 9: Número de beneficiários, áreas, animais e montantes pagos, por região e por tipo de apoio ligado

	Arroz					Tomate					Vaca Leiteira					Vaca Aleitamento					Ovelha e Cabra				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
	N.º Beneficiários										N.º Beneficiários														
Norte	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2 503	2 084	1 682	1 577	1 375	9 035	7 964	8 291	7 783	7 760	4 050	4 632	4 735	4 483	4 521
Centro	595	596	580	576	556	2	1	2	2	3	1 248	1 031	615	552	487	2 766	2 538	2 613	2 583	2 632	4 087	4 573	4 851	4 630	4 752
LVT	235	230	230	225	227	375	379	327	303	295	156	125	83	80	76	626	551	574	647	675	1 186	1 363	1 405	1 547	1 614
Alentejo	286	265	253	242	212	69	67	55	45	53	137	86	63	55	52	3 688	3 610	3 706	3 742	3 787	5 246	5 635	5 858	5 995	6 058
Algarve	3	2	2	2	2	---	1	2	---	---	17	3	---	---	---	210	199	208	202	202	384	418	403	427	436
Total	1 119	1 093	1 065	1 045	995	446	448	386	350	351	4 061	3 329	2 443	2 264	1 990	16 325	14 862	15 392	14 957	15 056	14 953	16 621	17 252	17 082	17 381
	Área (ha)										N.º animais														
Norte	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	85 240	85 655	87 186	89 801	88 669	51 307	51 854	52 471	53 892	53 283	237 648	264 658	270 788	266 882	263 767
Centro	5 698	5 834	5 800	5 889	5 722	26	16	22	33	31	25 965	25 754	24 471	23 944	24 276	43 273	44 773	47 465	49 174	48 651	320 599	352 282	377 133	370 719	371 458
LVT	14 322	14 654	14 913	14 995	15 585	12 046	12 036	9 747	12 588	12 394	18 183	19 044	18 815	18 842	18 201	30 794	31 596	30 450	41 674	43 225	106 423	116 029	125 877	135 486	137 026
Alentejo	9 629	8 873	8 501	8 538	7 590	1 811	1 791	1 069	1 133	1 406	19 155	20 451	20 284	19 184	19 809	340 244	340 289	345 028	339 107	331 568	800 542	834 899	919 650	927 712	922 560
Algarve	212	211	211	207	207	---	19	12	---	---	17	1	---	---	---	4 104	3 974	3 964	3 677	3 481	35 270	38 078	39 793	40 556	40 906
Total	29 860	29 571	29 424	29 629	29 104	13 884	13 862	10 851	13 754	13 831	148 560	150 905	150 756	151 771	150 955	469 722	472 486	479 378	487 524	480 208	1 500 482	1 605 946	1 733 241	1 741 355	1 735 717
	Montantes (1000 €)										Montantes (1000 €)														
Norte	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	689	10 612	6 692	7 285	7 126	6 254	6 160	5 911	6 424	6 391	5 242	4 959	4 835	5 019	5 178
Centro	1 092	1 116	1 060	1 131	1 089	6	4	5	8	7	2 102	3 177	1 884	1 943	1 952	5 245	5 288	5 345	5 828	5 809	7 095	6 589	6 723	6 955	7 282
LVT	2 731	2 792	2 714	2 873	2 965	2 844	2 837	2 195	2 977	2 913	1 464	2 332	1 446	1 523	1 460	3 713	3 708	3 418	4 914	5 142	2 356	2 168	2 247	2 527	2 679
Alentejo	1 839	1 692	1 522	1 638	1 441	428	422	242	269	331	1 540	2 535	1 556	1 551	1 590	41 085	40 063	38 755	40 065	39 531	17 906	15 590	16 352	17 398	18 077
Algarve	40	40	38	40	39	---	5	3	---	---	1	0,1	---	---	---	498	468	447	434	416	782	714	712	762	798
Total	5 702	5 640	5 334	5 681	5 534	3 278	3 268	2 445	3 253	3 252	5 797	18 656	11 576	12 301	12 128	56 794	55 687	53 877	57 665	57 289	33 381	30 020	30 870	32 661	34 015

Fonte: IFAP (Montantes pagos por ajuda)

QUADRO 10: Número total de beneficiários, áreas e montantes pagos, por regime de apoio direto

RPB					RPA					PAGAMENTO JOVEM					PAGAMENTO REDISTRIBUTIVO					PAGAMENTO GREENING				
2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
N.º Beneficiários																								
79 054	82 873	86 732	89 348	91 785	74 214	66 088	62 366	58 101	54 246	3 275	2 008	1 940	1 979	2 353	---	---	86 521	88 976	91 635	79 174	82 829	86 526	89 177	91 676
Área (ha)																								
2 581 391	2 593 495	2 637 473	2 668 481	2 715 142	---	---	---	---	---	71 394	51 436	69 663	81 678	105 922	---	---	335 053	342 059	348 773	2 571 136	2 589 828	2 633 753	2 663 178	2 711 053
Montantes (1000 €)																								
250 167	257 623	242 649	248 309	256 195	36 891	32 824	37 290	34 787	32 293	1 870	1 349	1 840	2 156	2 789	---	---	16 672	17 023	17 606	158 827	162 543	165 896	168 827	170 462

Fonte: IFAP (Montantes pagos por ajuda)

QUADRO 11: Número total de beneficiários, áreas, animais e montantes pagos, por tipo de apoio ligado

Arroz					Tomate				
2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
N.º Beneficiários									
1 119	1 093	1 065	1 045	995	446	448	386	350	351
Área (ha)									
29 860	29 571	29 424	29 629	29 104	13 884	13 862	10 851	13 754	13 831
Montantes (1000 €)									
5 702	5 640	5 334	5 681	5 534	3 278	3 268	2 445	3 253	3 252

Vaca Leiteira					Vaca Aleitamento					Ovelha e Cabra				
2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
N.º Beneficiários														
4 061	3 329	2 443	2 264	1 990	16 325	14 862	14 862	14 957	15 056	14 953	16 621	17 252	17 082	17 381
N.º animais														
148 560	150 905	150 756	151 771	150 955	469 722	472 486	472 486	487 524	480 208	1 500 482	1 605 946	1 733 241	1 741 355	1 735 717
Montantes (1000 €)														
5 797	18 656	11 576	12 301	12 128	56 794	55 687	53 877	57 665	57 289	33 381	30 020	30 870	32 661	34 015

Fonte: IFAP (Montantes pagos por ajuda)



made by Pixabay

Gabinete de Planeamento, Políticas
e Administração Geral
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa
www.gpp.pt

www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027

Imagens: Pixabay ©

PEPAC